



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
KELLEN BONELLI RODRIGUES

PODER E RESISTÊNCIA: O *SIM*, A *MULHER PODE!*
NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF

Tubarão
2014

KELLEN BONELLI RODRIGUES

**PODER E RESISTÊNCIA: O *SIM*, A *MULHER PODE!*
NO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Andréia da Silva Daltoé

Tubarão

2014

Página reservada para inserção de ficha catalográfica!

KELLEN BONELLI RODRIGUES

**SIM, A MULHER PODE! : O PODER E A RESISTÊNCIA NOS DISCURSOS DE
DILMA ROUSSEFF**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

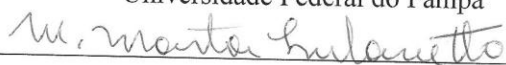
Tubarão, 12 de dezembro de 2014.



Professora e orientadora Dra. Andréia da Silva Daltoé, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina



Professora Carolina Fernandes, Doutora
Universidade Federal do Pampa



Professora . Maria Marta Furlanetto, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

À mulher que me gerou, que me acolheu nos braços, que me ensinou a caminhar e a levantar, ainda mais forte, depois de cada tropeço, que segurou minhas lágrimas diante das decepções da vida, que me estendeu os braços, não me deixando cair, nos momentos em que o cansaço tomava meu corpo e minha mente. À mulher com quem eu aprendi a amar, a respeitar, a lutar. À mulher que assumiu sabiamente a posição de mãe, de amiga, de conselheira, de avó, que tem sido meus braços e minhas pernas nesta caminhada, eu dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Senhor, por estar sempre comigo, por ter sido meu guia, por ter me carregado no colo nos momentos em que forças eu parecia não mais ter;

Obrigada, pai e mãe, pelas orações, por serem meu chão e por dedicarem boa parte do tempo de vocês cuidando de minha filha, para que eu pudesse concluir este trabalho;

Obrigada, minha filha, minha razão de viver, por ter me feito voltar a ser criança durante alguns momentos, momentos estes que deram mais cor e mais sabor aos dias;

Obrigada, meu esposo, por ser tão compreensivo, paciente, por fazer parte da minha vida, dividindo comigo momentos de alegria e de tristeza;

Obrigada, amigos, principalmente à minha melhor amiga, minha irmã Suelen, por cada palavra, por cada risada, tentando afastar de mim o desânimo e o cansaço;

Obrigada, minha orientadora Andréia, por ter confiado em mim desde o começo, por ter dedicado parte de seu tempo para me auxiliar neste estudo e por, além de professora, ter sido uma grande amiga;

Obrigada a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul, por todos os valiosos ensinamentos;

Obrigada a todos os colegas de classe, por terem partilhado dos momentos de angústia, dos momentos de alegria, os quais ficarão gravados neste baú chamado coração;

Enfim, obrigada a todos que, a sua maneira, souberam me ouvir e me fazer rir, pessoas que me fizeram perceber que eu teria forças e que conseguiria alcançar mais este (de)grau acadêmico.

O Constante Diálogo¹

Há tantos diálogos

Diálogo com o ser amado

o semelhante

o diferente

o indiferente

o oposto

o adversário

o surdo-mudo

o possesso

o irracional

o vegetal

o mineral

o inominado

Diálogo consigo mesmo

com a noite

os astros

os mortos

as ideias

o sonho

o passado

o mais que futuro

Escolhe teu diálogo

e

tua melhor palavra

ou

teu melhor silêncio.

Mesmo no silêncio e com o silêncio

dialogamos.

Carlos Drummond de Andrade

¹ Texto extraído do site: <http://www.portaldaliteratura.com/poemas.php?id=316>. Acesso em: 20 nov. 2014.

RESUMO

O presente estudo, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa *pecheutiana*, analisa o funcionamento do enunciado *Sim, a mulher Pode!*, empregado por Dilma Rousseff em seu discurso após vencer a eleição presidencial do País, em 2010, como um dizer que acaba ressoando sentidos de outros dizeres, como: o *We can do it!*, usado pelo governo americano durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tomado aqui como efeito de começo, e o *Yes, we can!*, usado por Barack Obama em seu discurso após vencer a eleição presidencial dos Estados Unidos, em 2008. Numa análise vertical, primeiro procuramos: investigar esses três enunciados a fim de identificar neles os sentidos mesmos – parafrásticos – e os sentidos outros – polissêmicos; e investigar de que forma o Discurso de Dilma (DD) é atravessado por dizeres da Formação Discursiva feminista, da militante e da classe trabalhadora de modo que ecoem neles sentidos de poder e de resistência. Para isso, partimos de conceitos teóricos da AD relacionados a sujeito, sentido, poder e resistência. Depois, tomamos os enunciados *We can do it!* e o *Yes, we can!* com o objetivo de fazer uma análise horizontal do DD, *Sim, a mulher pode!*, procurando entender como a memória se presentifica neste dizer trazendo sentidos derivados da posição sujeito mãe, mulher, trabalhadora etc. A partir daí, percebemos que o *Sim, a mulher pode!* se reatualiza em outras falas da presidenta Dilma, identificadas à FD feminista, militante e dos trabalhadores, e, a partir dessas falas, pudemos perceber no DD marcas de poder e de resistência. É desse modo que o DD se mostra como um modo de contorcimento na língua política, uma vez que Dilma Rousseff, ao assumir a posição de Presidenta da República, o faz atravessada de sentidos da posição mãe, mulher, trabalhadora etc., ou seja, sentidos que marcam o ineditismo: ter uma mulher ocupando a posição de Presidenta de um País. É a partir desse ineditismo que pudemos perceber não só a resistência da sociedade em relação à presença de uma mulher no mais alto cargo do País, mas também a resistência do próprio sujeito enunciativo na tentativa de se (re)afirmar com o dizer *Sim, a mulher pode!* que marca aí o preconceito ainda existente em nossa sociedade. O DD, assim, ao mesmo tempo que se marca como um discurso que registra dupla resistência (para com ela e dela mesma), marca-se como um discurso de poder.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso Político. Dilma Rousseff. Resistência. Poder.

ABSTRACT

The present study, from the theoretical presuppositions of Discourse Analysis in the *pecheutian* french line, analyzes the operation of the enunciation *Sim, a mulher pode!*, used by Dilma Rousseff into her discourse after winning the presidential election of Brazil, in 2010, as a saying that ends resounding senses from other sayings, like: the *We can do it!*, used by the american government during the Second World War (1939-1945) taken here as a effect of beginning, and the *Yes, we can!*, used by Barack Obama in his discourse after winning the United States' presidential election, in 2008. In a vertical analysis, first we seek: investigate these three enunciations in order to identify in them the same senses – paraphrastic – and the other senses – polysemous; and investigate how the Dilma's Discourse (DD) is crossed by feminist Discursive Formation's sayings, from militant and from working class, so that echo in them senses of power and resistance. Afterwards, we take the enunciations *We can do it!* e o *Yes, we can!* aiming to do a horizontal analysis of DD, *Sim, a mulher pode!*, seeking to understand how the memory presents itself in this saying bringing derivative senses from the subject-position mother, woman, working woman etc. Thenceforward, we realize that *Sim, a mulher pode!* renews itself in other words of president Dilma, identified to the feminist DF, militant and workers', and, from these words, we could realize, in the DD, marks of power and resistance. Thereby the DD shows itself as a way of contortion on the political language, since Dilma Rousseff, on assuming the position of President of the Republic, does it crossed by the position's senses of mother, woman, worker etc., in other words, senses that mark the uniqueness: having a woman occupying the position of president of a Country. It is from this uniqueness that we could realize not only the resistance of the society in relation to the presence of a woman on the highest position of the Country, but also the resistance of the own subject-enunciator in an attempt of (re)affirm with the saying *Sim, a mulher pode!*, which marks the preconception still existent into our society. The DD, thus, simultaneously marks itself as a discourse that registers a double resistance (to her and from her) and as a discourse of power.

Keywords: Discourse Analysis. Political Discourse. Dilma Rousseff. Resistance. Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Publicidade do governo americano	28
Figura 2 – Cartaz de 1917, produzido por James M. Flagg	29
Figura 3 – Yes, we can!	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PARA EFEITO DE COMEÇO: SUJEITO E SENTIDO	17
2.1	O PODER: UM MECANISMO DO DISCURSO SOCIAL.....	21
2.2	A RESISTÊNCIA: UM MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DO PODER	23
3	WE CAN DO IT! E YES, WE CAN!: OS SENTIDOS MESMOS E OS SENTIDOS OUTROS	26
3.1	<i>WE CAN DO IT!</i> : UM EFEITO DE COMEÇO.....	26
3.2	YES, WE CAN!: O MESMO QUE (RE)SIGNIFICA.....	35
3.2.1	Barack Obama: um diálogo com vozes do passado	37
4	SIM, A MULHER PODE!: O DISCURSO E A MEMÓRIA CONVOCANDO SENTIDOS DE PODER E RESISTÊNCIA	41
4.1	A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ENUNCIADOR DILMA ROUSSEFF.....	44
4.2	OS DIZERES DE DILMA: REFLEXOS DE UMA MEMÓRIA SE ATUALIZANDO	49
4.2.1	<i>O presidenta: um feminino teimando resistir</i>	50
4.2.2	<i>O feminismo: uma memória de preconceito e uma voz de resistência</i>	52
4.2.3	<i>A militância: a memória convocando sentidos de resistência ao poder</i>	59
4.2.4	<i>Os trabalhadores: uma memória convocando sentidos de lutas sociais</i>	63
4.2.5	<i>O nós nas diferentes representações do sujeito enunciador de Dilma Rousseff</i>	66
5	UM PONTO QUE NÃO SERÁ FINAL	72
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Para a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, teoria que sustenta esta pesquisa, o texto é um objeto aberto, cujos sentidos, conforme afirma Orlandi (2013), “não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (2013, p. 30). Na perspectiva discursiva, interpretação não se restringe apenas às palavras que compõem o texto ou ao que está à margem dele, mas também ao que está fora reclamando sentidos. Interpretar é, pois, buscar compreender os sentidos a partir do contexto sócio-histórico-ideológico em que o texto foi produzido. Isso porque, ainda segundo a autora, “Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (2013, p. 30).

O enunciado *Sim, a mulher pode!*, produzido por Dilma Rousseff, em seu pronunciamento no dia 31 de outubro de 2010, dia seguinte às eleições presidenciais no Brasil, é um texto que nos leva a pensar em possíveis sentidos a partir de uma análise discursiva, isto é, um texto em que os sentidos “reclamados” não estão só nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições de produção.

Pensando nisso, seria o enunciado *Sim, a mulher pode!* um enunciado parafrástico, movimentando sentidos de outros discursos *já-lá*: o *We can do it!* (*Nós podemos fazer isso*) – usado pelo governo americano durante a Segunda Guerra Mundial – e o *Yes, we can!* (*Sim, nós podemos!*) – usado por Barack Obama após vencer as eleições em 2008? O Discurso de Dilma (DD) indicaria um discurso de resistência àqueles que se posicionavam contra a presença de uma mulher na Presidência do País? Ou a figura da mulher no DD seria uma maneira de marcar o poder, outrora desejado, que o sujeito enunciador Dilma conquistou ao assumir a posição de Presidenta da República?

A partir desses questionamentos, começamos a pensar no modo como é produzido o DD, quais as condições de produção, quais as relações com a exterioridade e como os sentidos sobre *o que a mulher pode* se movimentam, deslizam, se deslocam e estabelecem relação com sentidos outros a respeito da posição da mulher na sociedade.

Apoiando-nos nesta possibilidade de os sentidos de um determinado enunciado atual estabelecer relações de dependência a um *já-lá*, a um *já-dito*, é que passamos a nos interessar pelo modo como o enunciado *Sim, a mulher pode!*, utilizado por Dilma Rousseff,

mobilizou saberes e dizeres de outros dois momentos da história que escolhemos para tratar aqui.

São eles:

1) o *We can do it!*: proferido em campanha publicitária durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pelo governo americano – aliado de guerra da União Soviética – com o intuito de recrutar mulheres para trabalharem em fábricas, assumindo os papéis dos homens, já que faltava mão de obra masculina, até mesmo, nas linhas de *front*;

2) o *Yes, we can!*: usado por Barack Obama, atual Presidente dos Estados Unidos, em seu discurso de posse, em 2008.

Mesmo estando em outra língua, estes dois enunciados remetem à mesma estrutura linguística do enunciado *Sim, a mulher pode!*, o que nos levou ao interesse de tentar compreender de que maneira esta proximidade faz estes enunciados dialogarem entre si e de que maneira o *Sim, a mulher pode!* movimenta sentidos já-ditos, sentidos novos e sentidos silenciados.

A fim de investigar o funcionamento desse enunciado numa abordagem que lida com o que é dito e com o que não é dito, com o que pode e não pode ser dito, escolhemos o campo da AD de linha francesa a partir das contribuições de Michel Pêcheux.

A AD, proposta por Pêcheux e desenvolvida também por Orlandi no Brasil, parte do princípio de que a história intervém na língua para que esta signifique. Conforme Orlandi (2013), “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (2013, p. 32).

Assim, com base nos dispositivos teóricos e analíticos da AD, resolvemos investigar o enunciado *Sim, a mulher pode!*, a fim de encontrarmos subsídios referentes ao funcionamento desse discurso que se presentifica pela memória e se (re)significa a partir do diálogo entre dois outros enunciados: o *We can do it!* – o qual adotamos como efeito de começo – usado pelo governo americano em campanha publicitária durante a Segunda Guerra Mundial; o *Yes, we can!*, usado por Barack Obama em seu discurso de posse, em 2008.

A princípio, consideramos que, em comum, esses três enunciados mobilizam a relação discurso e:

a) poder: em que este funcionaria num jogo de forças majoritárias e minoritárias em busca de uma afirmação ou autoafirmação social, isto é, funcionaria num jogo político em relação a um jogo político em que tanto o governo americano quanto Obama ou Dilma lutam por um lugar na sociedade, na defesa de que um país (ou países) pode vencer a guerra, de que um negro ou uma mulher podem governar um país, respectivamente;

b) resistência: em que esta funcionaria num jogo de reações antagônicas a fim de conquistar ou manter um espaço em sociedade. No caso do governo americano, durante a Segunda Guerra, a resistência em relação ao trabalho da mulher fora do ambiente doméstico; no caso de Barack Obama, a resistência em relação à presença de um negro na Presidência dos EUA; e, no caso de Dilma Rousseff, a resistência da sociedade em relação à presença de uma mulher na Presidência do Brasil e a resistência do sujeito enunciador Dilma em relação à negativa da sociedade: *Não, a mulher não pode!*.

Nesse sentido, os três enunciados trabalham simultaneamente o *Sim, nós podemos* em relação intrínseca a um *Não, nós não podemos*, dizer este que ecoa em relação ao primeiro, e funciona paralelamente aos “mesmos” enunciados proferidos em momentos distintos da história, reafirmando, desse modo, o quanto as palavras não significam por elas mesmas, já que convocam o tempo todo sentidos de um já-dito ao mesmo tempo em que se ressignificam a cada uso. Ou seja, ao retornar aos sentidos mesmos, à paráfrase, o DD movimenta sentidos outros, a polissemia.

Conforme Pêcheux (2009):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (2009, p. 146).

E neste jogo entre o que é dito e o que não é dito, mas que significa, verificamos a forte tensão entre um dizer e outro a partir do modo como o *Sim, nós podemos* marca-se como um discurso de resistência ao *Não, nós não podemos*, como uma tentativa de conter os sentidos de que, no caso de nosso trabalho, alguém por ser negro ou mulher tenha menos condições que um branco ou homem, respectivamente. Dizemos *tentativa* porque, inscritos no terreno teórico da AD, não temos controle pleno no dizer, nas palavras, não temos pleno controle do sujeito, temos sim um discurso, uma língua e um sujeito a falhas, a equívocos.

De qualquer forma, há uma margem no dizer que permite ao sujeito *tentativas de* e, nesta pesquisa, isso representa uma forma de resistência dos sentidos que teimam em persistir e encontrar seu lugar numa práxis social, em meio a forças que os combatem, que tentam desmerecê-los, desvalorizá-los. Estamos entendendo resistência a partir de Orlandi (2012), como uma falha, uma ruptura, “onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido do interior do não-sentido’” (2012, p. 231). Importante destacar aqui que esse *não-sentido* é o real que pode ser ressignificado.

Nessa perspectiva, o objetivo desta dissertação é compreender de que maneira o enunciado *Sim, a mulher pode!* se reafirma e se reatualiza como um discurso de poder e de resistência em relação ao *Não, nós não podemos!*, implícito nos demais pronunciamentos da Presidenta Dilma no decorrer de seu mandato na Presidência do País, ou seja, de 2011 a 2014.

Desse modo, para compreendermos o DD, faz-se necessário, primeiro, a partir de uma leitura vertical, compreender em que situações sócio-histórico-ideológicas foram produzidos os enunciados *We can do it!*, *Yes, we can!* e *Sim, a mulher pode!*, a fim de que possamos identificar de que modo estes enunciados estabelecem relações parafrásticas, considerando que cada um é enunciado por posições-sujeito diferentes, inscritas em Formações Discursivas (FD) também distintas.

Depois, investigaremos, a partir de uma leitura horizontal, como o enunciado *Sim, a mulher pode!* ressoa em outros dizeres desse mesmo sujeito enunciador, no período de 2011 a 2014, presentificando pela memória sentidos de poder, já que há nesse sujeito um desejo de estar no poder – como Presidenta do País – e de resistência, quando precisa lidar com os sentidos da negativa *Não, a mulher não pode!*.

Para compor o *corpus* de nossa análise, escolhemos alguns pronunciamentos de Dilma produzidos no espaço-tempo de outubro de 2011 a fevereiro de 2014 – período este em que Dilma está Presidenta da República do Brasil – e extraídos do jornal *online Palácio do Planalto*². Dos pronunciamentos selecionados, fizemos recortes dos trechos que serão tratados aqui como *Sequências Discursivas de Referência* (COURTINE, 2009, p.54).

Esta pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos: leitura da bibliografia referente à AD, que foi utilizada como pressuposto teórico; escolha das SDRs que constituirão o *corpus* de nosso trabalho; análise das materialidades discursivas com base nos estudos da AD, a fim de observar: a) numa relação parafrástica, como os enunciados *We can do it!*, *Yes, we can!* e *Sim, a mulher pode!* significam e se ressignificam na história; b) na língua de Dilma, marcas de poder e de resistência, como possibilidade de uma nova forma de contorcionismo no modo de enunciar a língua política.

Nosso trabalho percorrerá o seguinte caminho:

No primeiro capítulo, em seguida à introdução, investiremos nas contribuições teóricas da AD que nos permitirão compreender a constituição do indivíduo em sujeito e a constituição do sentido, a partir de conceitos sobre Formação Discursiva, Interdiscurso, Memória, Posição-Sujeito. Ademais, apresentaremos conceitos sobre poder e resistência, a

² in: <http://www2.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2014.

fim de entender como funcionam esses mecanismos na sociedade e qual a relação entre eles, para que também possamos perceber seu funcionamento no DD.

No terceiro capítulo, vamos tomar o enunciado *We can do it!*, usado pelo governo americano durante a Segunda Guerra Mundial, como o enunciado que tem, para esta pesquisa, um efeito de começo, já que, para Orlandi (2013), não há um começo absoluto nem um ponto final para o discurso (2013, p. 39), a fim de entender como os sentidos se movimentam neste dizer do governo, marcando um discurso de poder e de resistência do governo em relação ao trabalho da mulher fora do doméstico. Tomaremos também o enunciado *Yes, we can!*, usado por Barack Obama em seu discurso de posse, após vencer as eleições nos Estados Unidos, em 2008, a fim de, num gesto de interpretação, tentar verificar como, ou se, este dizer recupera o dizer do governo americano (*We can do it!*) e como assinala um discurso de poder e de resistência da sociedade em relação à presença de um negro na Presidência dos EUA.

No quarto capítulo, procuraremos entender de que maneira o dizer de Dilma *Sim, a mulher pode!*, proferido em seu discurso após vencer as eleições de 2010, estabelece relação com esses dois outros enunciados (o do governo americano e o de Barack Obama) e, ao mesmo tempo, se ressignifica e se reatualiza, como que numa tentativa de encontrar um lugar num cenário discursivo, uma vez que, pela primeira vez no Brasil, será preciso abrigar a presença de uma mulher no mais alto cargo político do País. As marcas de um discurso de poder e de resistência em relação à presença da mulher na Presidência do País encontradas no DD são pistas dessa tentativa de o sujeito enunciadador Dilma encontrar um lugar no cenário discursivo, são pistas de uma (dis)torção no modo de enunciar a língua política brasileira.

Importante justificar aqui nossa escolha pelo uso, no decorrer deste trabalho, do substantivo feminino *presidenta*. Como consta em dicionários que o feminino de *presidente* pode ser tanto *a presidente* como *a presidenta* e a própria Dilma Rousseff, como mostraremos no decorrer do quarto capítulo, prefere ser assim tratada, optamos por este último, ou seja, nossa escolha se deu por uma questão de ordem discursiva.

Enfim, nesta pesquisa, investigaremos o DD numa tentativa de identificar na língua do sujeito presidencial Dilma Rousseff sentidos até então não reclamados, os quais apontam para uma nova forma de contorcimento da língua política.

2 PARA EFEITO DE COMEÇO: SUJEITO E SENTIDO

Não pretendemos neste capítulo fazer um apanhado histórico de todos os trabalhos que teorizam a análise do discurso, apenas faremos recortes de princípios e conceitos que nos ajudarão a compor um quadro teórico de referência capaz de nos auxiliar na análise de nosso *corpus*.

Começamos pelo conceito de *ideologia* em AD: para Pêcheux (2009), “A ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (2009, p. 141), ou seja, à medida que o indivíduo é atravessado pela ideologia, ele passa a ser constituído em sujeito por ela para que, assim, produza o dizer. A ideologia é entendida, segundo Orlandi (2013), como “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (2013, p. 48) e o sujeito como ser discursivo o qual é pensado como “posição” entre outras, ou seja, um lugar que o indivíduo ocupa para ser sujeito (2013, p. 49).

Esse lugar ocupado pelo sujeito, lugar de onde o indivíduo fala, isto é, a posição-sujeito, é assumido a partir da identificação do sujeito a uma Formação Discursiva (FD), a qual é definida por Pêcheux (2009) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (2009, p. 147). FD é, assim, o lugar de onde fala o sujeito – da sua posição-sujeito –, a qual, juntamente com o lugar social e discursivo, é responsável pela produção do sentido, pois, como nos mostra Pêcheux (2009), o sentido de uma palavra, expressão, proposição “se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (2009, p. 148).

Isso nos leva a pensar na constituição de sentido dos enunciados: a) *We can do it*, construído durante a Segunda Guerra, pelo governo americano; b) *Yes, we can!*, produzido por Barack Obama, em 2008; e c) *Sim, a mulher pode!*, produzido por Dilma Rousseff, em 2010; dado o fato de que, por serem produzidas em momentos diferentes da história, por sujeitos diferentes, que ocupam diferentes lugares sociais, os sentidos tendem a ser outros. Têm-se, nesses três casos, sujeitos inscritos em diferentes FDs e, como, para Indursky (2013), “o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de uma relação com determinada FD” (2013, p. 41), embora os aspectos linguísticos apontem para o mesmo, esses enunciados remetem a sentidos outros, numa relação polissêmica.

Para Orlandi (2013), torna-se difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente quando se pensa discursivamente a linguagem, por isso o funcionamento da

linguagem acontece na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos (2013, p. 36).

Segundo a autora,

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (2013, p. 36).

Pêcheux (2009) diz que “o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico*” (2009, p. 165), a partir do qual, segundo esse autor, o sujeito “se esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa” (2009, p. 158) – o que o autor trata como esquecimento 2 – para que ele possa dizer o que diz. É por este esquecimento que, para Pêcheux (2009), o “sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” (2009, p. 161).

É graças a esse esquecimento que o sujeito enunciador tem a ilusão de que o dizer tem origem nele mesmo, ou seja, acredita ser o primeiro a fazer determinada afirmação, ao construir determinado texto. Indursky (2003) vai dizer que, sem que o sujeito perceba, está retirando elementos de saber, os quais se organizam no interior de seu discurso, de uma dada FD (2003, p. 102). Dessa ilusão, surge uma espécie de repetição de dizeres, ou seja, uma espécie de dizeres parafrásticos que se encontram numa rede discursiva de dizeres preexistentes.

Para Indursky (2003), os saberes preexistentes ao discurso do sujeito encontram-se numa estrutura vertical, enquanto os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, numa estrutura horizontal. Ou seja, conforme a autora, a existência vertical acontece quando o sujeito inscreve seu discurso na ordem da *repetibilidade*, produzindo um duplo movimento: retira seu discurso de uma rede de formulações preexistentes e re-inscreve-o nesta mesma rede de formulações (interdiscurso), é uma existência anterior ao enunciado; já a existência horizontal acontece quando a formulação do sujeito consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização (intradiscurso), é uma existência atualizada do referido enunciado (2003, p. 103). A autora ainda conclui essa ideia dizendo que “neste ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o efeito de memória: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” (2003, p. 103).

Orlandi (2010) diz que a *memória* “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (2010, p. 64). Ou seja, para que as palavras façam sentido em determinado texto/contexto, para Orlandi (2010), é preciso que elas já tenham sentido, é preciso que esse sentido seja historicamente determinado, “pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (2010, p. 64).

O enunciado de Dilma *Sim, a mulher pode!*, ao fazer trabalhar a memória, se inscreve em uma rede de formulações que precede sua candidatura, uma rede que está inscrita em sentidos que reúnem enunciados sobre mulher, sobre resistência, sobre poder. A partir desse enunciado, o sujeito enunciativo de Dilma rememora saberes do *Nós podemos fazer isso*, usado pelo sujeito enunciativo do governo americano e do *Sim, nós podemos*, usado pelo sujeito enunciativo Obama, causando, assim, o que Indursky (2003) chama de *efeito de memória* (2003, p. 105).

Para a autora, é a *memória discursiva* que faz ressoar, desde sua existência vertical, o efeito de memória: “Trata-se, pois, de uma presença-ausente que, por isso mesmo, se faz pressentir, mais que ouvir” (2003, p. 105). Achard (apud INDURSKY, 2013) entende que a “memória discursiva decorre de uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regulação de seu sentido, de tal modo que ‘a regulação apoia-se necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido’” (2013, p. 55).

Para Indursky (2013), é a memória discursiva que permite reconhecer um acontecimento discursivo, “descontínuo e exterior, na continuidade interna” (2013, p. 58), fazendo acontecer o *efeito de memória*, o qual é capaz de reatualizar “a heterogeneidade de um discurso que se quer determinado e, por conseguinte, homogêneo” (2013, p. 58). Portanto, é o *efeito de memória* que faz com que muitas pessoas, a exemplo das mulheres e dos negros – os quais sofreram, e sofrem, discriminação social –, continuem a dizer que a mulher não pode assumir papéis masculinos, que o negro não pode assumir papéis antes destinados apenas aos brancos. Ou seja, é esse *efeito de memória* que faz com parte da sociedade ainda continue a dizer que *a mulher não pode*, não é capaz, que *o negro não pode*, não tem a mesma capacidade que o branco.

Tomar o *Sim, a mulher pode!* como materialidade discursiva a ser analisada implica trabalhar ao mesmo tempo com sua dimensão horizontal e com sua dimensão vertical, entendendo-se estes dois planos, em nosso trabalho, do seguinte modo: a análise na dimensão vertical será feita a partir de dois outros enunciados: o *We can do it!* produzido pelo governo americano, durante a Segunda Guerra Mundial, – que tomamos aqui como efeito de começo –

e o *Yes, we can!* produzido por Barack Obama, em seu discurso de posse em 2008 – a partir dos quais tentaremos compreender de que forma a memória convoca sentidos *já-ditos*, sentidos *já-lá* que (re)significam nas outras falas de Dilma; a análise na dimensão horizontal será feita com base nas SDRs extraídas de pronunciamentos da presidenta Dilma, de 2010 a 2014, nos quais procuraremos observar como a memória se atualiza fazendo ecoar, em seus dizeres, sentidos derivados das FDs feminista, militante e da classe dos trabalhadores.

Para isso, faremos uma análise discursiva do enunciado *Sim, a mulher pode!*, baseada na teoria do discurso, a qual, conforme Indursky (2013), para ser estabelecida, depende

Por um lado, dos processos linguísticos (lexicais, morfológicos e sintáticos) que determinam o dizer de um sujeito e, de outro, o dito ao ser relacionado a um sujeito interpelado ideologicamente, sofre determinações históricas que definem o que deve ser dito, em uma conjuntura dada, por um falante específico. (2013, p. 37).

Uma análise discursiva tem, portanto, a língua como base, mas esta é uma língua que aponta para fora, já que, para Indursky (2013), “o que está em jogo não é o sentido cristalizado” (2013, p. 37), mas “o processo semântico em sua dinâmica” (2013, p. 37).

Cabe ressaltar que, neste trabalho, o *dito* e o *não-dito* serão pensados numa abordagem discursiva, não numa abordagem linguística. Para Indursky (2013), a linguística se preocupa com os sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a AD se interessa pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua enquanto processo (2013, p. 34). Pensando, então, a língua enquanto processo, tentaremos buscar nos DD sentidos sobre os sentidos, sentidos que se movimentam e se (re)significam, capazes de marcar nos DD sentidos sobre poder e resistência.

Ao fazermos uma leitura do discurso do governo americano que convoca as mulheres a assumirem temporariamente os cargos considerados masculinos, e do discurso de Obama, que convoca o negro a assumir cargos antes destinados apenas aos brancos, pudemos verificar que havia nesses dizeres uma marca de resistência: a luta contra o preconceito, a discriminação que resiste em nossa sociedade.

Porém, em meio a essa resistência, ecoa também uma voz que lutava – e luta – por poder, como acontece também no DD. Ao dizer *Sim, a mulher pode*, Dilma não estaria explicitando apenas o desejo de, como mulher, governar um país, mas estaria também denunciando seu desejo por poder.

Por isso, antes de tentarmos compreender de que forma o poder e a resistência estão marcados no *DD*, faz-se necessário entender o funcionamento do poder e da resistência. É sobre isso que tratará a próxima seção.

2.1 O PODER: UM MECANISMO DO DISCURSO SOCIAL

Dreyfus e Rabinow (1995), na obra *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*, trazem um estudo sobre o funcionamento do poder para Foucault. Segundo esses autores, para Foucault, “o termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras)” (apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 240). A relação de poder é, assim, para Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995), um modo de ação sobre ações:

O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social; e que elas não reconstituem acima da “sociedade” uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudésemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade sem “relações de poder” só pode ser uma abstração. (1995, p. 245-246).

Se viver em sociedade mantém relação intrínseca com a relação de poder, não se pode pensar, por conseguinte, em poder como uma espécie de jogo político apenas; afinal, Barthes (1978) discorre sobre o poder dizendo que este faz parte da história inteira do homem, e não apenas de sua história política, histórica, “o poder é o parasita de um organismo transsocial” (1978, p. 12).

Consoante Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995), “o indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas, é também uma realidade fabricada por esta tecnologia específica do poder que chamamos ‘disciplina’ (1995, p. 133). Para esse autor, durante toda a história da humanidade, tentou-se, de alguma forma, usar a disciplina – à maneira de cada época – para que a classe dominante pudesse manter o poder, sendo este o mesmo em toda parte, operando segundo o que Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995) chama de “as engrenagens simples e indefinidamente reproduzidas da lei da proibição e da censura” (1995, p. 144).

Porém, o poder não só existe para disciplinar através da repressão, da proibição, da dominação; para Barthes “o poder (a *libido dominandi*) aí está, emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder” (1978, p.10).

Se pensarmos que, segundo Foucault em *A ordem do Discurso* (1996), a produção do discurso, em toda sociedade, “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996, p. 4), poderemos concluir que, ao ser produzido pelo sujeito enunciador, o discurso vai sendo elaborado de modo que esse sujeito consiga conduzir o sujeito interlocutor a um comportamento afirmativo ao que foi dito, de modo a convencer o outro. Isso ocorre porque a linguagem está a serviço do poder, como afirma Barthes (1978): o “objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua” (1978, p. 12). Segundo este autor, ao ser usada, “mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder” (1978, p. 14).

Foucault (1996) diz que, “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (1996, p. 5). Barthes (1978) também corrobora dizendo que não há discurso que não seja atravessado pelo poder uma vez que este está presente em qualquer mecanismo de intercâmbio social (1978, p. 11). Para este autor,

[...] não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. (1978, p. 11-12).

Estando em todos os lugares, ainda para o autor, o poder que ocorre na e pela linguagem se dá uma vez que esta não está isenta de ideologia (1978, p. 60). Dessa forma, o sujeito enunciador, quando constrói seu discurso, o faz já atravessado ideologicamente por dizeres *já-lá* que se movimentam para um discurso de poder, ou seja, sempre buscando, de certo modo, a dominação do outro.

Não se pode, porém, pensar em poder como algo pertencente apenas às classes dominantes, como se o poder fosse exercido apenas para repreender, apenas para controlar negativamente uma sociedade. O poder está em toda parte, em todo discurso, no discurso do

branco e do negro, no do pobre e no do rico, no do homem e no da mulher etc., muitas vezes, como forma de se fazer ouvir, de se fazer enxergar.

Para Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995), “a repressão em si mesma não é a forma mais geral de dominação. De fato, a crença de que se resiste à repressão, seja pelo saber de si, seja proclamando a verdade, mantém a dominação, pois isto oculta o verdadeiro funcionamento do poder.” (1995, p. 186). Por isso, segundo esse autor, “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações”. (apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 234), uma vez que, segundo Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995) o poder necessita de resistência para poder operar (1995, p. 162).

Se é preciso que haja alguém resistindo às formas de poder para que este se mantenha como tal, bem como é preciso que haja alguém no poder para que exista alguém que se oponha, resista, considera-se necessário também entender o funcionamento da resistência para que possamos melhor compreender o funcionamento desses dois mecanismos no DD.

2.2 A RESISTÊNCIA: UM MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DO PODER

Para Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995), “o poder necessita de resistência como uma de suas condições fundamentais de operação” (1995, p. 162) já que é por meio da articulação dos pontos de resistência que o poder se alastra pelo campo social. Por outro lado, é também por meio da resistência que o poder é rompido, isto é, a resistência é, ao mesmo tempo, um elemento de funcionamento do poder e uma fonte de perpétua desordem. (apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 162). Assim sendo, Foucault conclui que

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis [...]. (apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 248).

Dessa forma, poder e resistência estão intrinsecamente ligados, ou seja, assim como o poder necessita de resistência para operar, a resistência necessita do poder para existir, uma vez que só há resistência porque há uma tensão entre os fortes e os fracos, entre os ricos e os pobres, entre os brancos e os negros, entre os homens e as mulheres etc.

Para entender, então, os pontos de resistência, faz-se necessário, como afirma Orlandi (2012), ao falar sobre resistência, buscar os indícios/vestígios, os quais estão presentes nos furos, falhas, incompletudes, apagamentos que há sempre nos processos discursivos (2012, p. 213); faz-se necessário pensar discursivamente a resistência e isso, conforme a autora, “implica pensar um sujeito dividido, o assujeitamento nas formas históricas do capitalismo, a ideologia como um ritual de falhas, o Estado estruturado pela falha, e a formação social como algo que se constitui e se mantém continuamente” (2012, p. 233). Importante ressaltar aqui que essa falha não é vista por Pêcheux, conforme cita Orlandi em seu texto *Sobre o intangível, o ausente e o evidente* que consta na obra *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística* (2004), “como defeito mas como constitutivo de existência e de funcionamento do sujeito e do sentido” (in GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 8).

Magalhães (2013), em seu artigo *Sujeito no e do discurso: pensando a resistência*, também corrobora ao dizer que “há sempre um deslocamento, uma falha, um lapso, provocados pelas contradições ideológicas e do inconsciente no discurso, que aponta para a resistência possível” (2013, p. 216). A desigualdade entre os gêneros pode ser vista, dessa forma, como uma dessas falhas do discurso social, visto que, por padrões opressores da sociedade, o homem é visto como aquele que tudo pode enquanto a mulher é aquela que pouco pode, o que faz com que haja um movimento feminista que luta contra essa opressão.

Segundo Medeiros e Baracuhy (2014), é na tentativa de libertação desses padrões opressores, baseados na desigualdade entre gêneros, que surge o movimento feminista. Esse movimento, segundo essas autoras, atua em três épocas distintas chamadas de “ondas”: a primeira tem início no século XIX e vai até o início do século XX, quando o foco da resistência estava na igualdade de direitos de as mulheres escolherem seus cônjuges e de poderem ser proprietárias de seus bens materiais herdados ou adquiridos; nessa época a mulher também começa a reivindicar o direito do voto; a segunda tem início no século XX, entre as décadas de 60 à 80, quando o sexo feminino começa a lutar por direitos de igualdade entre os sexos e pelo fim da discriminação contra a mulher tanto em casa, quanto no trabalho ou na rua; a terceira tem início nos anos 90 e dura até hoje, quando as mulheres lutam para manter os direitos já garantidos e abraçam outras causas sociais como o respeito às diferenças sociais (2014, p. 111). Essas autoras ainda vão dizer que

Graças às lutas travadas durante as últimas décadas, o poder no governo muda de gênero. O governo do Estado, o poder de decisão, fica nas mãos de uma mulher. Claro que esse governo hoje não tem mais o poder soberano, pois precisa do apoio de outros (as) para fazer valer o que precisa ser votado. Mas pode-se dizer que, do

privado ao público, em praticamente 80 anos, desde o primeiro voto feminino, essa é uma grande vitória das mulheres. (2014, p. 117).

É devido a essas lutas, à resistência de muitas mulheres – sabe-se, porém que muitos foram os homens que se engajaram também nessa luta por igualdade entre os gêneros – que hoje vemos algumas mulheres assumindo a Presidência de um País, como aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff. Esta também resistiu às negativas da sociedade sobre a mulher, ou seja, resistiu aos dizeres de que a mulher não pode, e mostrou o contrário, que *a mulher pode*.

No próximo capítulo, buscaremos entender como a memória se atualiza nos DD marcando dizeres de poder e de resistência, a fim de mostrar como os sentidos escapam, deslizam, derivam nessa tensão de luta entre uma sociedade que é ainda marcada pelo machismo e uma mulher que procura resistir a isso com vistas a conquistar também o poder; e como o discurso da presidenta assinala uma forma de contorcimento do modo de enunciar no cenário político brasileiro.

3 *WE CAN DO IT! E YES, WE CAN!:* OS SENTIDOS MESMOS E OS SENTIDOS OUTROS

Importante, primeiramente, entender em que condições sócio-históricas o enunciado propagandístico *We can do it!* do governo americano, divulgado em uma campanha de recrutamento de mulheres para substituir a mão-de-obra masculina durante a Segunda Guerra Mundial, e o *Yes, we can do it!*, usado por Barack Obama em seu discurso após a eleição estadunidense, em 2008, foram produzidos, já que, segundo Orlandi (2013):

[...] o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (2013, p. 42).

Essas posições ideológicas de que fala a autora devem ser entendidas como aquilo que, a partir de uma formação ideológica – quem disse, quando disse e de onde disse –, determina o que pode e o que deve ser dito (2013, p. 43). É preciso, portanto, como gesto de interpretação, procurar entender as condições de produção desses discursos, as quais, segundo Orlandi (2013), “compreendem, fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental” (2013, p. 30). Faz necessário, desse modo, compreender quando e de onde, de que lugar social, foram produzidos os discursos do governo americano e de Obama, que efeitos de sentido produziram, bem como de que forma podem se reatualizar em momentos subsequentes da história.

Por isso, neste capítulo, procuraremos entender em quais condições sócio-histórico-ideológicas foi produzido o enunciado *We can do it!* e quais sentidos se movimentam, a fim de verificar como este se marca como um discurso de poder e de resistência em relação ao trabalho da mulher fora de casa.

3.1 *WE CAN DO IT!:* UM EFEITO DE ORIGEM

A Segunda Guerra Mundial, segundo Blainey (2008), surge quando o mercado de ações de Wall Street, em outubro de 1929, entra em crise. Uma vez que a confiança financeira despenca, as pessoas param de comprar e, conseqüentemente, houve mais desemprego, excedendo 30% em algumas nações industrializadas em 1932 (2008, p. 303). Essa depressão econômica, de acordo com Blainey (2008), “foi o empurrão de que o comunismo e o fascismo

precisavam, levando à Segunda Guerra Mundial, que, na verdade, foi resultado do que cada vez mais era visto como uma Primeira Guerra Mundial inacabada” (2008, p. 304).

Em meio à guerra, falta mão-de-obra masculina. A solução encontrada, de acordo com Mello (2013), por alguns países, foi a de convocar as mulheres para substituir os homens nas fábricas. Por conseguinte, elas saíram de casa e passaram a assumir funções como condutoras de bonde, trabalhadoras nas fábricas, mecânicas etc. Faltou também mão-de-obra nas linhas *do front* e as mulheres tiveram que atuar auxiliando os homens nos campos de batalha. (2013, p. 2). Conforme cita Barum et al. (2013),

Desde o início do conflito os grupos de resistência³ passaram a utilizar os serviços das mulheres como membros ativos em todas as atividades de guerrilha, sabotagem e coleta de informações. Todas essas atividades eram cercadas dos mesmos riscos que corriam os combatentes do sexo masculino. No caso das mulheres, membros dos grupos de resistência, estima-se que cerca de 4000 mulheres tenham perdido a vida, executadas pelos nazistas, nos territórios ocupados. (2013, p. 1).

Além de participarem ativamente nas linhas *do front*, muitas mulheres foram recrutadas para trabalharem nas fábricas, nas linhas de ônibus, por alguns países aliados, como a Inglaterra, os quais viram na mulher a solução para suprir a mão-de-obra masculina nos campos de batalha. Mas não foram todos os países participantes da guerra que permitiram, logo de início, a participação das mulheres nos serviços fora de casa. A União Soviética, segundo Mello (2013), foi o primeiro país a aceitar o apoio feminino:

A atuação como partisans⁴ pode ser um caso a ser generalizado neste sentido, pois muitas das nações participantes do conflito têm em suas tropas irregulares, alguma participação feminina. Contudo, dos países participantes do conflito que mobilizaram uma política de voluntariado e recrutamento feminino para o esforço de guerra, somente um permitiu que suas mulheres pudessem combater oficialmente: a União Soviética. Com um início expressivo na área médica, as mulheres vão expandindo sua atuação para outras funções, tornando-se até mesmo pilotos de bombardeiros e atiradoras de elite. (2013, p. 2).

Porém, Mello (2013) ainda vai dizer que, inicialmente, com o recrutamento desenvolvido pela União Soviética, a mulher demonstra certa resistência para se inscrever

³ Em todas as áreas ocupadas pelas forças do Eixo, as populações dividiram-se em dois grupos: os colaboracionistas e os grupos de resistência. A ocupação nazista na Europa e japonesa na Ásia foi facilitada por grupos de colaboradores, principalmente entre 1939 e 1940. A partir de 1943, o intenso apoio norte americano transformou os grupos de resistência em decisivos militantes contra as forças nipo-alemãs. (In *Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: <<http://www.clickescolar.com.br/segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em: 03 de mar. de 2013)

⁴ “*Partisan* é um membro de uma tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controle estrangeiro de uma determinada área. Os partisans operavam atrás das linhas inimigas, tinham por objetivo atrapalhar a comunicação, roubar os carregamentos e executar tarefas de sabotagem. O termo ficou conhecido durante a Segunda Guerra Mundial para se referir a determinados movimentos de resistência à dominação alemã, principalmente no Leste Europeu” (In *Partisan*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Partisan>>. Acesso em: 03 mar. 2013)

como voluntária durante a guerra (2013, p. 3), talvez porque ainda se identificasse a uma posição-sujeito que ocupava em sociedade: a de mãe e dona de casa.

Para Pêcheux (1997), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1997, p. 166), ou seja, para este autor, sujeito e ideologia são entrecruzados para compor a FD, a qual vai autorizar o sujeito para o que pode e deve ser dito; o que estabelecerá a sua identidade (1997, p. 166). A mulher, então, inscrita na FD que estamos designando como FD doméstica, se mostra presa aos paradigmas da sociedade, os quais a *autorizam* a pensar que é incapaz de assumir outras tarefas, que não as de casa.

Ao perceber a resistência feminina em relação à participação da mulher nas funções até então ocupadas somente por homens, o governo americano – assim como fizeram outros governos aliados de guerra, a exemplo, a União Soviética – se viu obrigado a lançar campanhas publicitárias, nas quais pôsteres e propagandas buscavam persuadir as mulheres a assumirem os cargos masculinos, inclusive nos *front* de batalha, com vistas a despertar nelas a vontade de auxiliar, de alguma forma, na guerra.

Desta campanha, interessa-nos um dos cartazes produzido para tal finalidade, criado pelo artista gráfico Howard Miller, cujo *slogan* era *We can do it!* (em português: Nós podemos fazer isso), e publicado em várias revistas femininas. Segundo Mello (2013), este cartaz foi baseado em uma foto preto-e-branca tirada de uma trabalhadora, chamada Geraldine Hoff, numa fábrica de Michigan/EUA (2013, p. 3).

Segue abaixo o cartaz a que nos referimos:

Figura 1 – Publicidade do governo americano



Fonte: <http://www.moviepostershop.com/we-can-do-it-movie-poster-9999>

Inicialmente, essa campanha não obteve êxito, uma vez que não provocou um número significativo de mulheres se inscrevendo para atuar nos cargos oferecidos pelo governo americano na guerra. Segundo Mello (2013):

Apesar da convocação das voluntárias ter acontecido, o número atingido de trabalhadoras não foi o suficiente para suprir a demanda. Assim, em abril de 1941 o governo acaba instituindo o recrutamento de mulheres para o esforço de guerra: poderiam optar por empregos civis, auxílio ao exército e defesa civil. (2013, p. 3).

Com esta ordem, passando do voluntariado para o recrutamento obrigatório, a mulher se viu forçada a atuar nos empregos acima citados por Mello.

Pensando ainda na rede de filiações que vêm pela memória, a publicidade *We can do it!*, que tomamos aqui como efeito de começo, se pensarmos em suas condições de produção, convoca sentidos de outra publicidade para recrutamento de jovens durante a Primeira Guerra Mundial, que acabou se tornando imagem ícone da cultura americana.

Figura 2 – Cartaz de 1941, produzido por James M. Flagg



Fonte: <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/como-tio-sam-se-tornou-um-simbolo-dos-estados-unidos/>

Esta publicidade surge a partir da figura de Samuel Wilson (1766-1854), um comerciante que fornecia carne para o exército dos Estados Unidos durante a Guerra Anglo-Americana (1812). As carnes eram transportadas por barris que traziam as iniciais “U.S.”, fazendo referência a *United States* (Estados Unidos), porém os soldados começaram a dizer, por brincadeira, que seu verdadeiro significado era *Uncle Sam* (Tio Sam).

Por esse motivo, em 1870, o cartunista Thomas Nast, inspirado em Abraham Lincoln (ex-presidente e herói nacional), deu um rosto à figura que se tornava cada vez mais popular nos EUA e no mundo. Porém, a pedido das forças armadas, em 1917, James Flagg alterou o desenho original e acrescentou a seguinte frase: *I want you!* (Eu quero você!), como uma jogada de marketing para o recrutamento de soldados para a Primeira Guerra Mundial⁵.

Entendendo as condições de produção desta publicidade (Primeira Guerra Mundial), percebemos o diálogo entre ela e a publicidade *We can do it!* (Segunda Guerra Mundial). Isso acontece porque, conforme Achard (2010), no discurso,

[...] os operadores languageiros só funcionam com relação à imersão em uma situação, quer dizer, levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores. De outro modo, o passado, mesmo que memorizado, só pode trabalhar mediando formulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos. (2010, p. 14).

O enunciado *We can do it!*, ao convocar sentidos do *I want you!*, só o faz devido à relação de proximidade entre eles, isto é, por mais que os dizeres tenham sido produzidos por sujeitos diferentes, em situações sócio-históricas diferentes, há algo que os aproxima.

⁵ Informações extraídas dos sites: <http://www.brasilecola.com/geografia/tio-sam.htm> e <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/como-tio-sam-se-tornou-um-simbolo-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

Conforme Achard (2010), “o que caracteriza a palavra é sua unidade, sua identidade de si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos” (2010, p. 14), assim, cada nova co-ocorrência dessa unidade fornece novos contextos os quais contribuirão para a construção do sentido, porém, para conferir um sentido a essa unidade, faz-se necessário que se admita que as repetições são tomadas por uma certa regularidade (ACHARD, 2010, p. 14).

No caso dos enunciados *I want you!* e *We can do it!*, a aproximação não acontece apenas no plano verbal, mas também no visual, ou seja, através das imagens. Segundo Pêcheux (2010), “a imagem seria um operador de memória social, comportando nela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (2010, p. 51). Assim, ao fazermos uma leitura do enunciado *We can do it!*, podemos perceber que os elementos visuais também rememoram sentidos do *I want you!*, como o autoritarismo a partir da expressão facial dos personagens cujos rostos trazem o olhar firme, os lábios cerrados.

Para Davallon (2010), em seu texto *A imagem, uma arte de memória?*, “a imagem representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar as forças sociais (e fará então impressão sobre o espectador) (2010, p. 27), logo, se não houvesse a imagem, o *eu quero* poderia significar apenas um desejo de, uma vontade de, contudo, colado à imagem, esse dizer convoca sentidos de ordem, de comando do governo.

Desse modo, a expressão *We can do it!*, ao ser empregada pelo sujeito enunciator do governo americano, acaba por retomar do *I want you!* não só elementos linguísticos: o pronome pessoal *nós* e a própria organização frasal composta por um sujeito, um verbo transitivo e um objeto que completa esse verbo; mas também elementos semântico-discursivos: dizeres produzidos durante uma guerra, por um governo autoritário, para recrutar mão-de-obra (nos casos citados, jovens e mulheres).

Ou ainda, na publicidade do Tio Sam, os elementos visuais – o olhar firme do personagem, o dedo apontado para o interlocutor –, bem como os elementos verbais – o próprio verbo *querer* – marcam uma postura de *autoritarismo* do sujeito enunciator, em que o *eu quero* aponta para *as forças armadas estadunidenses quererem o jovem* participando da guerra.

É o que acontece também com a publicidade *We can do it!*, usada pelo governo americano durante a Segunda Guerra. O governo americano, bem como seus aliados na guerra precisam, naquele momento em que falta mão-de-obra masculina, que a mulher assuma os postos antes destinados apenas aos homens, e, para isso, simulam um poder que a mulher não tem, apresenta-a, na imagem, com braços masculinizados, usando macacão (vestuário próprio

para serviço braçal, pesado), a fim de mostrar à mulher que ela pode assumir os postos masculinos.

A voz do *We can* não é delas, já que vai dizer, em nome das mulheres, *Nós podemos* enquanto, na realidade, elas *não podem*, – o que acaba sendo reforçado pela marca do lenço na cabeça da mulher na propaganda anteriormente apresentada (figura 1). Desse modo, o enunciado pode ser tomado como um simulacro, conforme traz Indursky (2013), em *A fala dos quartéis e outras vozes*, “uma cópia de cópia, um ícone infinitamente degradado, uma semelhança infinitamente afrouxada [...]. A cópia é uma imagem dotada de semelhança, o simulacro, uma imagem sem semelhança” (2013, p. 70).

Essa propaganda convoca, a partir da voz do *simulacro*, também sentidos de ordem, de comando, tanto que, conforme Mello (2013), com o tempo, o número de inscritas nos postos de auxiliares do exército aumentou de tal modo que, em 1943, o recrutamento para esses postos foram suspensos (2013, p. 3).

Por outro lado, Alemanha e Itália ainda resistiam em relação à participação das mulheres nos campos de batalha porque, dentre outras razões, segundo o professor de História Francisco Miranda (2011), queriam “poupá-las, já que o doutrinação nazista colocava a mulher como sendo a base para a continuação da raça ariana” (2011, p. 1). Mas essa postura não dura muito tempo, pois a falta de homens fez com que esses países também tivessem de aceitar a participação feminina em outras atividades para além das que ocupavam como donas-de-casa.

Miranda (2011) ainda afirma que:

Na segunda fase da guerra, a mulher alemã foi obrigada a desempenhar funções na manutenção diária do país, tais como condutor de bonde e outras funções caracteristicamente masculinas. Na terceira fase da guerra, quando Berlim está sob ameaça, ela é usada, juntamente com crianças, como último elemento defensivo e, posteriormente, sofre de forma terrível com a ocupação soviética e os estupros sistemáticos que são aceitos como “normais” pelo Exército Vermelho. No final da guerra as mulheres são pagas para retirar os escombros de uma Berlim destruída, e são chamadas de “mulheres escombros”, chega o fim a trajetória da mulher. (2011, p.1)⁶.

Poder-se-ia dizer que, a partir desse momento histórico, há uma ruptura de paradigmas e a mulher começa a ganhar algum espaço em sociedade, ou melhor, parece que se começa, a partir de então, a ter um novo olhar sobre o papel feminino, pois, conforme cita Barum et al. (2013), “Um número significativo delas pagou com a vida, mas todas quebraram

⁶Texto extraído do site: <http://chicomiranda.wordpress.com/2011/11/12/mulheres-na-segunda-guerra-o-fim-do-sexo-fragil-parte-i/>. Acesso em: 04 jul. 2013.

os paradigmas sobre a fragilidade e a dependência feminina, vigentes no período anterior ao conflito” (2013, p. 4). Todavia, não deixa de haver uma espécie de recuo, ou seja, as mulheres são obrigadas a voltar aos trabalhos domésticos. Quérel (2009) afirma que,

Mesmo passando por treinamentos paramilitares (desde antes da guerra) as mulheres, até o final de 1941, não tinham a liberdade ou a garantia de poder servir ao Exército. Tal decisão ficava a cargo dos comandantes e oficiais de cada região para a qual se alistassem. Somente a partir de março 1942 – provavelmente para suprir a demanda de pessoal – Moscou permite que se faça o voluntariado e recrutamento oficial de tais mulheres. (2009, p. 71).

Essa falta de liberdade, ou de direitos, que chamaremos aqui de *recuo*, uma vez que retorna ao discurso inicial que nega às mulheres o direito de assumir os cargos ocupados pelos homens, se faz presente também na propaganda – retratada acima (figura 1). Esta procura marcar, por meio do enunciado *We can do it!*, a ideia de que a mulher pode assumir muitos cargos antes só ocupados por homens, procura fazer uma identificação da mulher à posição que o homem ocupa na sociedade, estando essa identificação marcada pelos braços masculinizados bem como pelo macacão – vestuário próprio para serviço braçal, pesado. Porém, o lenço na cabeça retorna ao lugar da mulher em sua função de dona-de-casa. Esse discurso não é, portanto, um reconhecimento do governo em relação ao valor da mulher e à capacidade que esta tem para assumir os papéis masculinos, mas uma maneira de obrigá-las a auxiliar durante a guerra já que faltava mão-de-obra, sendo necessário ter alguém que suprisse essa falta.

Esse recuo ao discurso de que *a mulher não pode* acontece porque o sujeito é interpelado pela ideologia, sem conhecer e controlar os modos como a ideologia o afeta. No caso da publicidade usada pelo governo americano, os sentidos relacionados ao fato de a mulher não trabalhar fora de casa vêm pela memória e se afirma num dizer que, paradoxalmente, procuraria convocar um sentido outro em relação ao papel da mulher.

Desse modo, ao conhecermos em que condições sócio-histórico-ideológicas foi produzido esse enunciado do governo americano, identificamos o *não-dito*: a mulher pode atuar na guerra na medida em que há necessidade, caso contrário, deve permanecer em sua “função” de cuidar da casa e dos filhos. Há aí uma marca de resistência masculina quanto à atuação feminina na guerra.

E não foi só o governo americano que resistiu à atuação feminina pós-guerra, seu aliado de guerra, o governo soviético também se mostra resistente. Para Mello (2013), durante a Segunda Guerra Mundial, “Mesmo que as soviéticas tivessem a permissão de participar do

combate, isso não significou uma aceitação unânime masculina – muitas foram vítimas de seus comandantes, colegas e até mesmo de soldados de outros exércitos” (2013, p. 82).

Aliás, a sociedade continua, ainda hoje, resistindo à atuação feminina, tanto que o sujeito enunciador de Dilma Rousseff precisa, desde a sua candidatura à Presidência da República do Brasil, reafirmar em seus dizeres o que já foi conquistado legalmente, mas que parte da sociedade ainda nega: a igualdade entre os gêneros.

Voltando à questão da resistência soviética, Mello (2013) ainda corrobora dizendo que Stalin⁷ defendia “o direito que a mulher tinha de lutar e defender sua pátria, assim como os homens – e estes deveriam compreender que, estas mulheres tinham muito mais o que oferecer, além do trabalho como operárias, enfermeiras e professoras” (2013, p. 71). Porém, ainda para o autor, mesmo que Stalin discursasse sobre o direito da mulher, não acontece na União Soviética – e em nenhum outro país participante da Segunda Guerra Mundial – um trabalho concreto para que a mulher pudesse ser vista como capaz de ocupar outros lugares, outras posições, o que provocaria mudanças maiores (2013, p. 71).

Logo, como se pode observar, o enunciado usado pelo governo americano nesta propaganda é atravessado por sentidos *ditos* – querer, por exemplo, que a mulher assuma o papel masculino durante a guerra, inclusive nas linhas do *front* – e também por sentidos *não-ditos*, mas que significam ali – a mulher até pode assumir papéis masculinos desde que isso seja demandado pelo governo em situação de guerra, mas não por livre opção dela.

Conforme Brandão (2014), “todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais e ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não” (2014, p. 3). O enunciado *We can do it!* causa a ilusão de que *a mulher pode*, mas, na verdade, reafirma/confirma o dizer que vem pela memória: o de que *a mulher não pode* assumir os postos considerados masculinos.

Isso se explica quando retomamos o lugar social e o momento em que foi produzido esse discurso: em meio à Segunda Guerra Mundial, em meio à falta de mão-de-obra masculina. Nesse período, de 1939-1945, a mulher era submetida a ordens masculinas – o que não quer dizer que hoje não exista mais submissão – e era encarregada de papéis domésticos, tais como: o de esposa, o de mãe, o de dona de casa. Porém, era preciso levá-las

⁷**Stalin** foi o ditador russo que comandou a União Soviética até sua morte em 1953. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin, juntamente com a União Soviética, esteve ao lado dos combatentes ao nazismo e foi decisivo na derrota sofrida pela Alemanha de Hitler. A **União Soviética** e os **Estados Unidos** se configuraram como os grandes vencedores da guerra, em 1945. (In JÚNIOR, Antônio Gasparetto. Stalin. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/stalin/>> Acesso em: 03 mar. 2013.)

ao mercado de trabalho, levá-las aos campos de batalha para assumirem os cargos antes ocupados predominantemente por homens. Coube, então, ao governo americano e a seus aliados de guerra convencer a população feminina a sair de suas casas, deixar seus filhos e assumir os novos postos e, para isso, usou o discurso do *Nós podemos fazer isso* a fim de, por algum momento, fazer as mulheres acreditarem que podiam ocupar os lugares dos homens.

Compreendemos que o governo americano se identifica com a FD machista, com a FD religiosa, com a FD militar, com a FD capitalista, para as quais o homem tudo podia e a mulher quase nada podia. Logo, a posição-sujeito assumida pelo sujeito enunciador do governo americano, mediada pelo sujeito enunciador que elabora a campanha em discussão, é uma posição machista, uma posição autoritária. Dessa forma, o discurso usado para convocar as mulheres à guerra, embora traga a afirmativa de que *a mulher pode* atuar na guerra, recua, no pós-guerra, para uma negação dessa afirmativa: *a mulher não pode*, isto é, deve voltar a assumir sua função doméstica.

Em 2008, Barack Obama presentifica pela memória esse discurso do governo americano ao dizer *Yes, we can!*, após conquistar a presidência dos Estados Unidos. É este um enunciado parafrástico, por recuperar sentidos mobilizados no discurso do governo americano, mas também polissêmico, por ser capaz de se resignificar, de movimentar sentidos outros, apontando para um discurso de poder e resistência. É disso que trataremos na próxima seção.

3.2 YES, WE CAN!: O MESMO QUE (RE)SIGNIFICA

Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiram enunciados derivados do enunciado americano *We can do it!*: Martin Luther King, em 23 de agosto de 1963, discursou sobre seu sonho de uma América com igualdade entre negros e brancos, deixando explícita a ideia de que *o negro pode*; Nelson Mandela, o principal representante do movimento *antiapartheid* e um guerreiro na luta pela liberdade, também procurou marcar em seus dizeres que *o negro podia*. Assim acontece o discurso de posse de Barack Obama, proferido após vencer as eleições presidenciais em 2008, *Yes, we can!* que, derivando desses outros dizeres, tenta (re) afirmar o ideal de que, na atual sociedade americana, um negro pode governar o País.

Considerando o modo como os dizeres se reatualizam por uma memória discursiva, a relação do enunciado de Obama com a publicidade tratada na seção anterior

pode ser justificada a partir do cartaz abaixo que representa como muitos fizeram a leitura das palavras de Obama:

Figura 3 – Yes, we can!



Fonte: <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/barack-obama/184-a-campanha/625-yes-we-can-o-discurso>

Poder-se-ia mesmo pensar nesse enunciado como uma paráfrase do enunciado usado pelo governo americano, contudo, para a AD, as palavras mudam de sentido de acordo com as formações ideológicas que interpelam o sujeito que as produz, ou seja, o sentido sempre pode ser outro, como cita Pêcheux (2009):

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (2009, p. 146).

Em AD, faz-se necessário levar em consideração a posição-sujeito de quem produz esse dizer. Nesse caso, não é o sujeito enunciador Obama falando da posição-sujeito de Presidente da República dos Estados Unidos, mas sim um sujeito enunciador que, interpelado por uma FD de luta pelos direitos do negro, presentifica uma memória cujos sentidos ecoam tanto o enunciado *We can do it!* quanto os de M. L. King e N. Mandela.

Para tentarmos compreender como funciona essa relação parafrástica entre esses dizeres e como os sentidos se movimentam, apresentaremos, na próxima seção, as condições sócio-históricas em que este dizer foi produzido.

3.2.1 Barack Obama: um diálogo com vozes do passado

Em três de janeiro de 2008, Barack Obama vence a primeira eleição primária pelo partido democrata, em Iowa; na segunda, Hillary Rodham Clinton vence Obama por três pontos percentuais, em Nova Hampshire; mas, em vinte seis de janeiro de 2008, ele vence com larga vantagem as primárias na Carolina do Norte. A primária formou um duelo entre Hillary e Barack Obama e ficou decidida em fins de maio de 2008 quando este ultrapassa os 2118 delegados que lhe garantem a nomeação. Obama passa, então, a ser o candidato do Partido Democrata e passa a concorrer às eleições presidenciais contra o candidato John McCain do Partido Republicano. Em 4 de novembro de 2008, com 52,9% dos votos, Barack Obama se torna Presidente dos Estados Unidos⁸.

No país em que teve origem a Ku Klux Klan, segundo Couto (2014), “Uma das organizações terroristas mais temidas de todos os tempos, conhecida por promover ataques violentos contra negros norte-americanos, chegou a contar com a adesão de 4 milhões de membros durante o seu auge, na década de 1920” (2014, p. 1), eleger um Presidente negro chama a atenção do mundo. E chama mais atenção ainda quando, após o resultado, Obama se dirige ao grande público no Lincoln Memorial e faz um discurso enfatizando, do início ao fim do texto, a frase: *Yes, we can!*, como mostrado a seguir:

[...] and together, we will begin the next great chapter in America's story with three words that will ring from coast to coast; from sea to shining sea - Yes. We. Can.
e juntos, nós começaremos um novo grande capítulo na história da América com três palavras que faremos soar de costa a costa, de mar a mar brilhante - Sim. Nós. Podemos.
 Yes. We. Can.
*Sim. Nós. Podemos.*⁹

Podemos observar que este dizer convoca uma memória por sua materialidade, convoca, numa rede discursiva, um discurso *já-lá*: o *We can do it!* usado pelo governo americano. Ao que parece, o novo Presidente dos Estados Unidos repete o dizer, se o tomamos como *efeito de origem*, da Segunda Guerra Mundial, porém o que aqui se mostra como o mesmo, quando se compreendemos condições de produção, é na verdade um outro.

Esse efeito de repetição, ocorre porque o discurso se constrói numa rede interdiscursiva, isto é, no interdiscurso. Para Orlandi (2013):

⁸Texto extraído do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Barack_Obama. Acesso em: 08 ago. 2013.

⁹Texto extraído do site: <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/barack-obama/184-a-campanha/625-yes-we-can-o-discurso>. Acesso em: 09 jul. 2013.

O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (2013, p. 33-34).

O enunciado de Obama, então, encontra-se nessa rede interdiscursiva na medida em que retoma o do governo americano, mas que também não deixa de ser atravessado pelos dizeres de M. L. King e Mandela. Ao retomar esses outros dizeres, ocorre tanto *paráfrase* – a repetição, o mesmo – como a *polissemia* – o diferente, o outro. Segundo Orlandi (2013),

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é um deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. [...] Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. (2013, p. 36).

O dizer de Obama parte, assim, do mesmo, mas aponta para o sentido outro, resignificando-se na história. O sujeito do discurso é outro, o lugar de onde fala é outro, levando esta “mesma” materialidade a significar de diferentes maneiras. Desse modo, embora o pronome *nós* faça referência, nos dois enunciados, aos discriminados (mulheres e negros), o *We can do it!* e o *Yes, we can!*, os sentidos movimentam, levando a palavra *nós* a adquirir um novo referencial: não é mais o governo soviético recrutando mulheres para atuar no lugar do homem, agora é um negro afirmando que os negros podem ocupar um espaço antes destinado apenas aos brancos. Afinal, Obama foi o primeiro Presidente negro dos EUA¹⁰.

Para Orlandi (2013), os sentidos

[...] não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formulações discursivas. No entanto, é preciso não pensar as formulações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (2013, p. 44).

Assim, quando o sujeito-enunciador do discurso de Barack Obama diz *Yes, we can!*, ele o faz da posição-sujeito de Presidente da República, mas esta posição-sujeito não deixa de ecoar sentidos da posição-sujeito de homem, de negro. E, por ser um negro, a população estadunidense vê em Obama a chance de uma verdadeira mudança, a começar pela

¹⁰Texto extraído do site: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/mundo/ult94u492149.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2014.

oportunidade de mostrar ao mundo que, num país onde a escravidão se perpetuou por mais de três séculos¹¹, o negro é capaz de atuar em postos antes apenas destinados aos brancos. Ao dizer *Yes, we can!*, o então Presidente, atravessado por outros discursos que marcam a inserção do homem negro na sociedade, parece tentar confirmar o ideal de justiça e igualdade que é, ainda hoje, negado pela sociedade ao negro.

Esses sentidos estão não só nos *ditos* de Obama, mas também nos *não-ditos*, nas formas de silêncio. O silenciamento, nesse caso, não corresponde a um simples não-dizer. Para Orlandi (2007),

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (2007, p.13).

Desse modo, para a autora, o silêncio fala, isto é, ele é carregado de sentidos já que as palavras também estão carregadas de sentidos a não dizer. Ainda segundo Orlandi (2007), “há silêncios múltiplos: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” (2007, p. 42).

Ao dizer que o negro *pode*, Obama mobiliza sentidos *ditos*, *não-ditos* e *silenciados* que remetem a:

- a) um discurso de poder, ou seja, de jogo político, já que há, nesse caso, não só uma vontade de governar Os Estados Unidos como também uma vontade de estar no poder;
- b) um discurso de resistência, considerado para Orlandi (2007) como uma forma de oposição ao poder (2007, p. 101), em que, como cita a autora, “Nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não na forma heróica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” (2012, p. 234). No caso de Obama, é o negro resistindo, lutando por um espaço até então negado, em uma sociedade que se diz constitucionalmente justa e igualitária, mas que ainda age de forma discriminatória, afirmando, muitas vezes, que o negro *não pode*.

Obama parece se identificar, então, com a FD do negro, de luta contra o preconceito racial, e também com a FD de ideais democráticos, de luta em favor dos trabalhadores, dos menos favorecidos, o que faz com que o sujeito enunciador de Obama resista aos dizeres contrários e tente mudar a história dos negros e dos pobres de seu País.

¹¹Texto extraído do site: <http://veja.abril.com.br/historia/morte-martin-luther-king/historia-negros-escravidao-segregacao-igualdade.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Nessa luta por um lugar em sociedade, o sujeito enunciador de Obama marca, com o enunciado *Yes, we can!*, um discurso de resistência ao *Não, o negro não pode!*, movimentando no silêncio os sentidos do enunciado que marcam a posição do negro em sociedade, a fim de contradizer a negativa ainda presente em sociedade: a de que o negro não pode. Porém, pode-se identificar nesse dizer um discurso também de poder, movimentando sentidos que marcam o desejo de governar um país, de poder estar acima de muitos outros – brancos e negros –, de poder decidir por toda a população do país.

Dialogando com o enunciado *We can do it!* (publicidade) e o *Yes, we can!* (Obama) está o *Sim, a mulher pode!* (Dilma). No próximo capítulo, teceremos uma análise a respeito do funcionamento deste dizer com vistas a identificar os sentidos que se movimentam nos outros modos de o sujeito enunciador Dilma reafirmar o *Sim, a mulher pode!*

4 SIM, A MULHER PODE!: O DISCURSO E A MEMÓRIA CONVOCANDO SENTIDOS DE PODER E RESISTÊNCIA

O poder e a resistência se materializam na língua. Porém de que língua estamos falando? Não de um funcionamento apenas linguístico, mas de um funcionamento que a toma como uma materialidade linguística capaz de significar o histórico e o ideológico. No caso deste trabalho, estamos compreendendo a *língua*, conforme Orlandi (2013), como a que faz sentido “enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história” (2013, p. 15).

Esta, por sua vez, não é uma língua fechada, não é uma língua transparente. Para Orlandi (2013), os dizeres não são “apenas mensagens a serem decodificadas” (2013, p. 30), mas são efeitos de sentido “produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (2013, p. 30). Desse modo, é preciso olhar para o DD procurando perceber, nas margens do dizer, as condições de produção e as determinações históricas que movimentam sentidos.

E, para isso, faz-se necessário, ao analisar o DD, convocar a memória, pois, segundo Orlandi (2013), a maneira como ela ““aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental” (2013, p. 30) para se compreender o funcionamento do discurso.

Experiências passadas como a de mulher, a de mãe, a de militante, a de trabalhadora são presentificadas por esse discurso de Dilma, o qual, ao ser construído pelo sujeito enunciador na posição de Presidenta da República, convoca, pela memória, outras posições por esse sujeito já ocupadas.

Nesse sentido, procuraremos analisar o DD *Sim, a mulher pode!* e as demais derivações deste, como a escolha pelo tratamento no feminino: *presidenta*, o uso de vocativos tanto no feminino quanto no masculino, o uso de termos, ideias que remetem à posição de militante e à posição dos trabalhadores. Esse discurso nos leva, desse modo, a pensar sobre o funcionamento *língua política*, que, segundo Zoppi-Fontana (2011), não seria uma estrutura *a priori*, mas “um processo tributário da *criação de palavras novas e da multiplicidade de sentidos postos em circulação no acontecimento*” (2011, p. 68). Esses sentidos postos em circulação no acontecimento seriam os sentidos que decorrem do onde e do quando um discurso é construído, uma vez que, segundo essa autora, a *língua política* é

um *modo de dizer* no exercício de poder, constitutivamente ligado a suas condições históricas de produção, que volta reflexivamente sobre si mesmo, tornando-se objeto explícito do confronto político tanto por aqueles que enunciam das instâncias próprias do campo da política, quanto por aqueles que produzem um discurso *sobre* essa língua. (2011, p. 69).

Assim, ao fazer uma leitura sobre a língua política, verifica-se que o Estado exerce controle sobre a língua, fixando o que deve ou não deve ser usado, o que é ou não adequado. Gadet e Pêcheux (2004) chamam a língua do Estado de *língua de madeira*, que seria a representação da língua de direito, o “espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para “bom entendedor” meia palavra basta” (2004, p. 24). Para Zoppi-Fontana (2009), a língua de madeira “funciona sob a ilusão de uma total coincidência entre o visível, o dizível e o pensável, como efeito de pressão estabilizadora da administração, do saber técnico e da gestão simbólica do movimento metafórico da língua” (2009, p. 71). Porém a língua política, como aponta esta autora, perde seu alicerce ético e acabam surgindo outras línguas, como as citadas por Pêcheux e Gadet (2004): a *de vento*, que têm a finalidade de seduzir, persuadir sem mestre aparente e a *de ferro*, que representaria a língua do imperialismo (2004, p. 24).

Ao analisar as Metáforas de Lula (ML), ex-presidente do Brasil, Daltoé (2011) percebe que os dizeres dele, na posição de Presidente da República, não são simplesmente dizeres que tendem à persuasão ou ao imperialismo. Para a autora, as ML funcionam como “uma espécie de ameaça a tudo que arrisca faltar à ordem política de uma língua artificial, que sempre regeu o discurso político no Brasil” (2011, p. 173), isto é, fugiria às normas, já que, de acordo com Daltoé (2011),

fazem deslizar o sentido de um lugar para seu não-idêntico, ao colocar em relação coisas sem relação e, com isso, fazem falhar o discurso em seu universo logicamente estabilizado de reprodução de determinados interesses – o que representa pensar as ML como um trabalho de subversão na língua política. (2011, p. 178).

As ML seriam, então, para a autora, um novo modo de enunciar na língua política, por isso Daltoé (2011) pensou em buscar uma metáfora para representar esse novo modo de dizer, “tentando encontrar aquela que melhor representasse como este modo de enunciar conseguiu dobrar/subverter a configuração de uma língua dura, impermeável, fechada da política brasileira” (2011, p. 179).

Para tentar representar esse novo modo de enunciar na língua política, Daltoé (2011) escolhe o barro, visto que, segundo a autora, este é um material que adquire certa plasticidade, podendo ser torcido e distorcido (2011, p. 179). Para a Daltoé (2011), essa ideia de torção

nos ajuda a explicar como o DL [discurso de Lula] acaba dobrando um ideal de língua política, num trabalho que não a desfaz, mas que, após aplicada a força, deixará as marcas de um novo modo de enunciar dentro dela. Ou seja, assim como no barro esta torção não some sem deixar vestígios, também a língua política que o

DL afeta carregará as marcas de sua deformação depois do trabalho de deslizamentos dos sentidos. (2011, p. 179).

A *língua de barro* seria, assim, uma língua que pode ser transformada, revirada, distorcida, sem que as marcas desapareçam,; seria, para Daltoé (2011), um novo modo de enunciar a língua política (2011, p. 179).

No caso deste trabalho, estamos pensando o DD *Sim, a mulher pode!* não como um novo modo de enunciar a língua política, mas como uma forma de contorcimento dentro da língua política, a começar pelo fato de que, agora, quem assume a posição de Presidenta da República é uma mulher, que convoca, pela memória social, sentidos referentes ao ser mãe, esposa, dona-de-casa, trabalhadora.

E esses sentidos vão sendo marcados em seus pronunciamentos a partir do uso de vocativos tanto no masculino quanto no feminino, como mostra a SDr a seguir:

SDr 1: Temos todos a responsabilidade de não deixar morrer essa esperança tão generosa e tão fecunda. Muito obrigada, *senhores e senhoras*¹². [grifo nosso]

Pode-se observar, a partir do uso desses vocativos, que o sujeito enunciador de Dilma tenta igualar o gênero feminino ao masculino, com o propósito de destacar a importância de uma política de valorização da mulher. Falas sobre a valorização feminina aparecem em muitos de seus dizeres, como mostra a SDr que segue:

SDr 2: Para além da minha pessoa, a *valorização da mulher* melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia¹³. [grifo nosso]

Assim, da mesma forma que, para Daltoé (2011), as metáforas de Lula funcionam como uma nova forma de enunciar no cenário da política brasileira, instaurando “um novo sujeito do discurso político, um novo interlocutor e novos sentidos” (2011, p. 169),; para nós, o DD *Sim, a mulher pode!*, mesmo não podendo ser considerado um novo modo de enunciar, também instaura um novo sujeito do discurso político, um novo interlocutor e novos sentidos.

Através desse modo de o sujeito enunciador de Dilma enunciar a língua política, nas seções que seguem procuraremos entender de que forma a memória convoca no DD

¹²Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 10 fev. 2014.

¹³Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em: 10 fev. 2014.

sentidos que marcam, no uso de vocábulos no gênero feminino, a resistência e, no uso de dizeres relacionados à militância e ao trabalhador, o poder.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ENUNCIADOR DILMA ROUSSEFF

O sujeito discursivo é pensado, segundo Orlandi (2013) como “‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (2013, p. 49). Esse lugar que o sujeito ocupa é determinado pela FD – ou pelas Formações Discursivas – em que está inscrito, isto é, por aquilo que, segundo a autora, “numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (2013, p. 43). Orlandi (1996) também diz que “O sentido, para a AD, não está já fixado *a priori* com essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há uma determinação histórica” (1996, p. 27) que faz com que o texto seja atravessado por várias formações discursivas (1996, p. 56).

Desse modo, se o sujeito discursivo é pensado como posição e se são as posições assumidas pelo sujeito enunciador em dado contexto sócio-histórico que determinam os sentidos de um discurso, faz-se necessário conhecer a história de Dilma Rousseff e identificar a FD (ou FDs) em que ela está inscrita para, a partir disso, entender como significam seus dizeres na posição-sujeito de onde fala.

Dilma Vana Rousseff – filha de Pedro Rousseff, advogado e empreendedor búlgaro, e de Dilma Jane Coimbra Silva, dona-de-casa – nasce em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG), e possui uma trajetória que caminha para a vida política¹⁴:

- em 1964: ingressou na Política Operária (POLOP) e junto de outros integrantes fundou o Comando de Libertação Nacional (COLINA).
- em 1967: casou-se com Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, um jornalista que também defendia a luta armada, por isso, juntos, sofrem com a perseguição da Polícia Militar.
- em 1970: foi presa por quase três anos e levada para a Operação Bandeirante, onde foi torturada por vinte e dois dias. Após sua saída da prisão, iniciou uma militância política dentro da legalidade no Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), o qual era ligado ao único partido legalizado de oposição: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁴ Dados extraídos dos sites: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff. Acesso em: 04 set. 2013.
<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>. Acesso em: 04 set. 2013.

- em 1977: formou-se em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- em 1978: conheceu o advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo – chefe da dissidência do Partido Comunista Brasileiro -, por quem se apaixonou e com quem viveu durante 30 anos. Durante seu casamento com Araújo, Dilma participou como líder da organização clandestina VAR-palmares.
- de 1978 a 1983: foi aluna do curso de pós-graduação em Ciências Econômicas na Unicamp.
- em 1979: dedicou-se à campanha pela anistia.
- em 1985: o prefeito de Porto Alegre Collares a nomeou titular da Secretaria Municipal da fazenda.
- em 1990: Alceu Collares foi eleito governador e indicou Dilma para presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE) onde permaneceu até 1995.
- em 1998: o petista Olívio Dutra ganhou as eleições para o governo do Rio Grande do Sul e nomeou Dilma para assumir a Secretaria de Minas e Energia.
- em 2001: filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT).
- em 2003: foi convidada por Luís Inácio Lula da Silva a ocupar a pasta de Minas e Energia.
- entre 2003 e 2005: comandou a reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia, presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, introduzindo o biodiesel na matriz energética brasileira, e criou o programa Luz para Todos.
- em 2005: Lula escolheu Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil – substituindo José Dirceu após as denúncias do escândalo do mensalão – e coordenar o trabalho de todo o ministério. Assim, a ministra assumiu a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular *Minha Casa, Minha Vida*. Além disso, coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reunia mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.
- em 2010: pelo Partido dos Trabalhadores, candidatou-se à presidência da República e venceu as eleições, tornando-se a primeira mulher a governar o Brasil.

Esta eleição presidencial (2010) foi disputada por nove candidatos: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV), Levy Fidelix (PRTB), José Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Ivan Pinheiro (PCB), Plínio Salgado (PSOL) e Rui Costa Pimenta (PCO). Já o segundo turno foi disputado entre os candidatos Dilma Rousseff e José Serra.

Dilma vence as eleições em 31 de outubro de 2010 e se torna, então, a primeira presidenta do Brasil.

A trajetória de Dilma é constituída de lutas, ao se tornar líder de organização clandestina e ao passar um período sendo torturada, por exemplo, o que nos leva, num gesto de interpretação, a pressupor que, desde cedo, Dilma lutava contra algumas ideias postas pela sociedade. Inclusive com a do inédito na presença de duas mulheres concorrendo ao cargo de Presidente de um País e sendo uma delas a eleita pelo povo. Assim, por ela não conseguir se desvencilhar de toda essa trajetória, seus dizeres são derivados das formas discursivas que enfatizam a luta da mulher para conquistar seu espaço em sociedade.

Durante a campanha eleitoral, em 2010, Dilma precisa lutar contra muitos dizeres lançados pela mídia que – embora já adotassem os ideias de igualdade entre os gêneros, o contrário foi se marcando em muitos dos dizeres sobre veiculados no meio jornalístico – tentou retratá-la como uma candidata incapaz, sem perfil para ser Presidenta da República, como mostra o dizer do jornal eletrônico *O Estadão*:

À época, políticos e comentaristas se perguntavam se a popularidade única do presidente bastaria para eleger "um poste", na expressão clássica que parecia feita sob medida para Dilma. Jejuna em disputas eleitorais, com empatia zero e imagem de tecnocrata de fala pedregosa, incapaz de expor uma ideia sem a muleta do PowerPoint, Dilma era a carga que, em circunstâncias normais, nem o mais desesperado dos marqueteiros aceitaria transportar de bom grado. Mas, transformada num estranho híbrido de si mesma com a versão para consumo eleitoral, sob adversidades que poderiam perfeitamente bem desestabilizá-la (Erenice, aborto, um inesperado segundo turno), ela deu conta do recado¹⁵.

Nesse dizer extraído do jornal *O Estadão*, observa-se, a partir de dizeres como “eleger “um poste”” ou “com empatia zero e imagem de tecnocrata de fala pedregosa, incapaz de expor uma ideia sem a muleta do PowerPoint”, a resistência do próprio jornal em aceitar Dilma como alguém competente para assumir o governo do país.

Por entender que a sociedade ainda resistia à ideia de uma mulher na presidência, de acordo com Silva e Leal (2011),

Para vencer a eleição de 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT), utilizou na campanha de Dilma fortes estratégias de comunicação para dialogar diretamente com seu eleitor, com os quais ela ainda não tinha grande afinidade por não ser uma personalidade conhecida da maioria dos brasileiros. Sua imagem no cenário político ainda estava sendo projetada. [...] A ex-ministra chefe da Casa Civil teve o forte apoio do então presidente Lula, por isso, suas aparições públicas eram quase sempre ao seu lado, para que a sua imagem estivesse sempre vinculada a ele e associada ao seu governo. (2011, p. 13).

¹⁵Texto extraído do site: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-eleicao-de-dilma-rousseff,633577,0.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

As autoras acima usam o termo *estratégias* para se referir ao modo como Dilma articula seus dizeres, porém não podemos dizer que tudo o que envolve a campanha de Dilma foi pensado estrategicamente, já que, em AD, segundo Orlandi (2013), não se concebe o sujeito como enunciador totalmente consciente, com intenção de, no momento em que produz seus dizeres, uma vez que esse sujeito não tem total domínio do seu dizer (2013, p. 49). Sobre isso a autora ainda diz que:

Não é vigente, na Análise do Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. (2013, p. 48-49).

Logo, não se pode dizer que os dizeres de Dilma eram sempre pensados estrategicamente de maneira que atingissem com eficácia o público-alvo, convencendo-o. Tanto que muito do que era dito por Dilma escapava de seu controle, falhando de tal forma que a tornava alvo de críticas.

Voltando à citação de Silva e Leal (2011), cabe destacar que a imagem de Dilma associada a Lula leva-nos a um outro gesto de interpretação, para o qual a candidata só seria competente para assumir o cargo se tivesse ao seu lado não só um homem como também o até então Presidente Lula, ou seja, a candidata precisava não só de uma figura masculina, mas também de uma imagem de carisma, de simpatia, de prestígio ao seu lado para ser vista pela sociedade como aquela que poderia governar tão bem quanto um homem, ou tão bem quanto Lula.

A fala de Marina Dias aponta para esse discurso de resistência da população:

Enquanto falava, ela andava de um lado para o outro do palanque, assim como Lula costuma fazer, mas estava visivelmente nervosa, ao contrário do presidente. Com frases sem grande impacto e, muitas vezes, voz tremida, Dilma não empolgou. [...] Depois de três ou quatro eventos nesse formato, ficou decidido que o correto seria Lula encerrar, e não abrir os comícios – de forma a segurar os militantes até o discurso da candidata. Para não perder o hábito, o presidente em geral se estendia por muito mais tempo do que sua apadrinhada¹⁶.

Silva e Leal (2011) também corroboram dizendo que foram as aparições do então Presidente Lula como “garoto propaganda” da campanha de Dilma que ascenderam a candidata antes vista como anônima e sem experiência, já que nunca havia disputado uma

¹⁶Texto extraído do site: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-construcao-de-uma-candidata>. Acesso em 10: fev. 2014.

eleição (2011, p. 4). Há resistência da sociedade no que se refere ao fato de se ter uma mulher na presidência, uma vez que, para chegar à presidência, a candidata precisou se apoiar numa figura masculina. Isso porque talvez Dilma ainda se mostrasse tomada pela identificação de um imaginário que reforçasse a necessidade de ter um homem a seu lado, ou de ter Lula – uma pessoa que conseguiu, de certa forma, conquistar grande parcela da população brasileira – ao seu lado para ser aceita.

Dilma sofre determinações do lugar social, lugar de onde fala: a de candidata à presidência da República, lugar este antes marcado pela presença de homens apenas, que, em nosso imaginário, convoca a ideia de força, masculinidade, poder. Tais imposições acabam produzindo efeitos, como, por exemplo, no próprio modo de Dilma se vestir, em que as saias substituem as calças.

É o lugar social que determina também, durante a campanha, a escolha do slogan “Para o Brasil seguir mudando”, no qual o verbo *mudar* no gerúndio denota continuidade de uma ação, o que pressupõe que, assim como no governo de Lula – governo que antecede o de Dilma – houve mudanças, no de Dilma não seria diferente, as mudanças continuariam a acontecer. E esse discurso produzido pelo slogan surtiu efeito, já que, conforme Silva e Leal (2011), “Diante das mudanças significativas que o país atravessou nesses oito anos de governo é natural que a população anseie pela continuidade do projeto de governo iniciado por Lula” (2011, p. 5).

Assim, Dilma passa a construir com maior frequência, nos programas eleitorais, discursos que reforcem a valorização da mulher, como afirmam Silva e Leal (2011): “O discurso da candidata no programa é direcionado a cada brasileiro e brasileira que está assistindo com a intenção de atingir diretamente a parcela feminina da população. A candidata, em suas declarações, sempre prezava pela valorização da mulher” (2011, p. 7).

Então, por entender que a sociedade deu vez e voz a uma mulher, ao elegê-la Presidenta do País, Dilma se sente na obrigação de continuar a valorizar a mulher em seus discursos nos programas eleitorais, como uma maneira de mostrar à sociedade que a mulher pode, sim, ocupar posições antes destinadas apenas aos homens, a fim de que o olhar da sociedade seja menos preconceituoso no que se refere ao tratamento dado ao gênero feminino.

E também foi assim que a candidata eleita, em seu primeiro pronunciamento, começou sua fala, dirigindo-se às *amigas* e aos *amigos de todo o Brasil*, fazendo menção à ascensão da mulher e enfatizando o enunciado *Sim, a mulher pode!*.

Procuraremos, neste trabalho, então, compreender como esse enunciado *Sim, a mulher pode!* é marcado na fala de Dilma a partir de uma leitura embasada na teoria

discursiva. Em AD, segundo Orlandi (1996), a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas (1996, p. 65) nas quais se deve levar em conta quem disse, quando disse, de onde disse; em outras palavras, as condições sócio-histórico-ideológicas em que tal discurso foi construído.

A AD é uma disciplina que, segundo Orlandi (2013), teoriza sobre interpretação a fim de procurar entender como “os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (2013, p. 26). Para isso trabalha não só com o que está posto no texto ou com o que está à margem desse dizer, mas, como fala a autora (2013), com “seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (2013, p. 26). A AD não procura um verdadeiro sentido ou uma verdade oculta para o que dito; no texto há, como diz Orlandi, “gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (2013, p. 26)

As próximas seções procurarão fazer uma interpretação discursiva dos DD, baseada nos pressupostos teóricos da AD.

4.2 OS DIZERES DE DILMA: REFLEXOS DE UMA MEMÓRIA SE ATUALIZANDO

O DD *Sim, a mulher pode!* pode ser compreendido como um dizer parafrástico por recuperar pelo imaginário outros mesmos dizeres que apareceram na história antes do de Dilma: o *We can do it!*(publicidade) e o *Yes, we can!*(Obama). Porém, não é porque mantêm uma relação parafrástica que esses dizeres remetem aos mesmos sentidos, visto que cada um desses discursos foi construído por um sujeito enunciador inserido num dado lugar social, numa dada FD, e em determinadas condições de produção, o que leva este “mesmo” dizer a significar de diferentes maneiras.

A fim de tentar compreender de que forma os sentidos se (re)significam nos DD, de que forma o DD se configura no modo de enunciar o discurso político, as próximas seções apresentarão uma leitura acerca: da escolha do substantivo *presidenta* como forma de tratamento; das marcas do gênero feminino que apontam para uma posição feminista de resistência; das vozes da militância e das vozes dos trabalhadores que são rememoradas apontando para uma posição de poder; da maneira como o pronome plural *nós* é (re)construído nos dizeres da presidenta.

4.2.1 O *presidenta*: um feminino teimando resistir

Antes mesmo de ser eleita, como traz o jornal *online Último Segundo*, Dilma Rousseff consultou especialistas para saber se era adequado o uso do termo *presidenta* para designar o feminino do substantivo *presidente*. Ao obter uma resposta positiva, decidiu que, se fosse eleita, gostaria de ser chamada de *presidenta* em vez de *presidente*¹⁷. Por conseguinte, ao vencer as eleições, algumas pessoas começaram a tratá-la por *presidenta*, bem como ela começou a se referir a si mesma como *presidenta*, conforme mostra a SDr que segue:

SDr 3: E é justamente por isso que é importante que a *presidenta* da República tenha um compromisso anual - um compromisso anual que muito me honra -, que é esse momento em que sou recebida pela população de rua e também pelos catadores de material reciclado.¹⁸ [grifo nosso]

Essa escolha pelo *presidenta* gerou muitas discussões, principalmente quanto ao formal do termo, já que, para estudiosos da língua, o substantivo *presidente* é comum de dois gêneros, e o que deve determinar o gênero feminino/masculino é o artigo que o antecede: *o presidente* para designar o masculino e *a presidente* para designar o feminino. Logo seria um desvio gramatical usar *presidenta*. Os que se posicionam contra o uso de *presidenta* se baseiam no fato de que, conforme aponta a reportagem do jornal *online Último Segundo*¹⁹:

[...] na língua portuguesa existem os participios ativos como derivativos verbais. Assim, quem ataca é “atacante” e não “atacanta”, mesmo em uma partida de futebol feminino. Dessa forma, o participio ativo do verbo ser, que é “ente”, também não permitiria a flexão de gênero. Ela se daria apenas pelo artigo feminino que antecede a palavra.

Porém, Cegalla (2005), em sua obra intitulada *Novíssima gramática da língua portuguesa*, traz esse substantivo como comum de dois gêneros ou biforme, ou seja, para esse autor, pode-se usar, para designar o feminino, tanto *a presidente* quanto *a presidenta* (2005, p. 136).

De acordo com um estudo feito pelas lexicógrafas Marina Baird Ferreira e Renata de Cássia Menezes da Silva (2011), “A palavra “presidenta” existe na língua portuguesa

¹⁷Texto extraído do site:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao+2+deve+formalizar+uso+do+termo+presidenta+para+dilma/n1237817938668.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

¹⁸Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-de-natal-dos-catadores-e-populacao-de-rua-natal-solidario>. Acesso em: 10 fev. 2014.

¹⁹Texto extraído do site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidente-ou-presidenta-o-ig-esclarece-a-duvida/n1597210500269.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

desde 1872. E, desde 1925, ela consta como verbete do dicionário Caldas Aulete”²⁰. Logo, seu uso estaria conforme o padrão formal da língua. Mesmo assim, nem todos concordam com esse tipo de tratamento e preferem chamá-la por *presidente*.

Cabe observar como uma questão de língua vira uma das polêmicas que acabam refletindo determinado estranhamento em relação à presença de uma mulher na presidência do País. A questão homem/mulher ocupando este lugar social recai na língua, mas é uma discussão que passa pela mexida que a presença de Dilma Rousseff provoca no imaginário social do País. Interessante pensar que a questão da língua também permeou nossa relação com o antigo Presidente Lula, quando precisávamos também acomodar nosso imaginário com um presidente que não falava várias línguas e nem mesmo o português formal. Lula foi bastante criticado por não empregar o “português correto” e, agora, Dilma, mesmo doutora, é novamente acusada por macular a língua portuguesa.

Assim como Lula vai precisar se defender, tanto que, mais tarde, ele brinca que aprendeu que não poderia falar mais “menas”, Dilma, no início de seu mandato, também. Em 1º de março de 2011, no programa da Rede Globo de televisão, *Mais Você*, ela explica por que prefere ser tratada por presidenta: “É para enfatizar que agora existe uma mulher no mais alto cargo do país, que nós podemos sim chegar longe”²¹. Vale ressaltar que Lula chegou à presidência mesmo sem ter título, o que, talvez, não fosse possível no caso de Dilma, pois, no imaginário social do povo brasileiro já foi difícil aceitar a presença de uma mulher graduada como candidata à presidência do Brasil, mais difícil seria aceitar uma mulher sem nenhuma titulação.

Ao mesmo tempo em que o sujeito enunciativo de Dilma procura valorizar a mulher, mostrando que o gênero feminino conquistou seu espaço em sociedade, procura enfatizar também o poder que tomou a mulher da atualidade, ou ainda, o poder que tomou uma mulher representante do partido dos trabalhadores – uma vez que, para uma parcela da população, esse partido ainda é visto com menosprezo por sentidos associados ao pobre, ao analfabeto, ao proletariado etc.

²⁰Texto extraído do site: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/62/artigo248988-1.asp>. Acesso em: 10 fev. 2014.

²¹Texto extraído do site: <http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/v2011/MaisVoce/0,,MUL1650446-10345,00-PRESIDENTE+DILMA+ROUSSEFF+GRAVA+MAIS+VOCE+E+PREPARA+OMELETE+COM+ANA+MARIA+B.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Todavia, se era difícil para uma parcela da sociedade brasileira aceitar o inédito de se ter uma mulher no poder, ainda mais difícil era aceitar o fato de se ter uma mulher membro do partido dos trabalhadores no poder, em decorrência de uma memória que convoca sentidos do partido dos trabalhadores tais como: ser de esquerda, ser baderneiro – por organizar greves, movimentos reivindicatórios –, ser corrupto – devido aos casos do *mensalão*, que envolveram grandes nomes desse partido, durante o governo Lula. Isso causou certa tensão no país, o que fez com que houvesse a resistência de parte da população em relação ao fato de ter Dilma assumindo a presidência do País.

O *Sim, a mulher pode!* é, desse modo, uma forma de marcar resistência àqueles que se opunham a sua nova posição, é uma forma de enfatizar que não só a mulher pode, mas também o partido dos trabalhadores pode. E é resistindo que o DD vai também marcar o poder, afinal, ser Presidente da República, governar um país, é sinônimo de poder, o qual era desejado pelo sujeito Dilma desde quando ocupara a posição de militante. Assim, o DD se mostra como sendo um modo de resistir ao *Não, a mulher não pode* da sociedade, bem como um modo de exercer poder sobre a própria sociedade que adere ao seu discurso.

4.2.2 O feminismo: uma memória de preconceito e uma voz de resistência

Desde a candidatura de Dilma até os dias atuais, em seus pronunciamentos, a Presidenta, ao se referir aos interlocutores, usa vocativos que designam tanto o gênero masculino quanto o feminino – diferente da maioria dos governantes que, quando se dirige ao povo, usa apenas o masculino com função generalizante.

Assim, a fim de tentar mostrar como o feminino é marcado nos dizeres de Dilma, selecionamos alguns trechos de seus pronunciamentos, extraídos do jornal *online* do governo chamado *Palácio do Planalto*, para que possamos observar como os sentidos são mobilizados, apontando para um discurso de resistência.

SDr 4: Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela trás (sic.) consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser ; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! [...] Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo. Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um os movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios e dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.²²

Nesta SDr, o sujeito enunciativo de Dilma fala da alegria de fazer parte desse marco histórico: ser a primeira mulher do Brasil a assumir a Presidência da República, e anuncia um de seus propósitos: “abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser ; e para que - no dia de hoje - todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”. Este abrir portas reforça que as portas se encontram fechadas para muitas mulheres, e, se ela quer que todas as brasileiras sintam orgulho e alegria de ser mulher, é porque ainda existem brasileiras que não se orgulham nem se alegram de ser mulher. Ou seja, embora sua fala procure reforçar as conquistas possíveis e alcançadas pela mulher, os sentidos da discriminação trabalham neste mesmo dizer e produzem seus efeitos.

Na SDr que segue, a Presidenta destaca o inédito: ter uma mulher na Presidência do País. Além de reforçar também a valorização da mulher que vem ascendendo paulatinamente em nossa sociedade.

SDr 5: Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil [...] A força dessas transformações permitiu que vocês, o povo brasileiro, tivessem uma nova ousadia: colocar, pela primeira vez, uma mulher na Presidência do Brasil. Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia.²³

Essa fala de valorização à mulher também aparece em outras falas, como em sua segunda atividade em uma série de compromissos na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em que Dilma Rousseff destaca a participação da mulher na política dizendo:

SDr 6: Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios. Dez ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras²⁴.

²²Texto extraído do site: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>. Acesso em: 10 jun. 2013.

²³Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. acesso em: 10 fev. 2014.

²⁴Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Nesta SDr, o sujeito enunciador de Dilma não só retoma sentidos sobre a importância da participação da mulher na política, como destaca que seu governo tem procurado dar espaço à figura feminina no cenário político, pressupondo a competência da mulher para atuar também nessa área. Além de construir dizeres que destacam a importância de uma política de valorização feminina, esse sujeito enunciador, em cada pronunciamento, busca marcar a posição da mulher através de vocativos como os que aparecem nas SDRs a seguir:

SDr 7: Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo,
Excelentíssimas senhoras chefes de Estado e de Governo,
(...)
Senhoras e senhores chefes de delegações,
Senhoras e senhores²⁵

SDr 8: E eu agradeço a cada um e a cada uma aqui presente. Um abraço do fundo do meu coração. E eu tenho certeza de que o povo brasileiro, todo ele, tem muito orgulho do que vocês estão fazendo aqui. Um abraço e viva este estaleiro! Viva o Estaleiro Rio Grande! Viva o Estaleiro Quip! Viva os trabalhadores e as trabalhadoras deste país! Eles provam que, quando querem, eles são capazes de desafiar qualquer obstáculo e fazer o que está sendo feito aqui²⁶.

SDr 9: Meus queridos e minhas queridas catadoras, mas agora eu vou falar para os moradores em situação de rua. Quero começar reafirmando a minha solidariedade pela luta que vocês travam cotidianamente. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua é um parceiro nosso na tarefa de garantir dignidade e direitos às brasileiras e aos brasileiros em situação de rua.²⁷

SDr 10: Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil,

É imensa a minha alegria de estar aqui. Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!²⁸

²⁵Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>. Acesso em: 10 jun. 2013.

²⁶Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-visita-aos-locais-de-construcao-das-plataformas-p-55-e-p-58-rio-grande-rs>. Acesso em: 10 jun. 2013.

²⁷Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-de-natal-dos-catadores-e-populacao-de-rua-natal-solidario>. Acesso em: 10 jun. 2013.

²⁸Texto extraído do site: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-presidente-eleita>. Acesso em: 14 fev. 2014.

Nesta última SDr, o sujeito enunciador de Dilma marca explicitamente a posição do gênero feminino a começar pela escolha de um vocativo que evoque tanto “minhas amigas” quanto “meus amigos”, o que coloca a figura feminina ao lado da masculina, com a mesma valoração. Esta forma de referência que se propõe igualitária é explicitada no decorrer desse texto quando este sujeito enuncia que o resultado da eleição é *uma demonstração do avanço democrático do nosso país* ou quando expõe que *A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia*.

Esse dizer do sujeito enunciador de Dilma não só marca a posição do gênero feminino, como também provoca um deslocamento discursivo em que, ao dar ênfase à mulher, a Presidenta silencia outros dizeres, por exemplo, sua inexperiência em palanques, sua falta de carisma com a população. Dizeres estes que precisam ser silenciados para que a memória não presentifique outros sentidos que carrega o sexo feminino, tais como: o sexo frágil, sem competência para assumir cargos destinados a homens, sem voz de comando.

Além disso, há também marcas nessa mesma SDr que denunciam a discriminação, o preconceito enfrentado pela mulher do século XXI. Ao citar que é a primeira vez que uma mulher presidirá o Brasil, o sujeito enunciador de Dilma aponta para o inédito, para uma possível ruptura, já que, até então, apenas homens governaram o país. Por isso, o sujeito enunciador coloca como primeiro compromisso “honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural”. A questão, para parte da população, não é se Dilma Rousseff bem governará ou não o País, mas se Dilma, assumindo a posição-sujeito de Presidenta do País, conseguirá bem governar o Brasil. Isso porque, segundo ela mesma coloca nesse dizer, não é natural uma mulher assumir a Presidência da República. E o mais interessante nessa fala é a escolha do vocábulo *natural* que, segundo o dicionário Aurélio (2008) significa aquilo “que segue a ordem natural das coisas; lógico” (2008, p. 249), o que implica pressupor que a ordem natural das coisas é o homem assumir a presidência, não uma mulher.

Ao final da SDr 10, Dilma expõe seu desejo de ver pais e mães olhando para suas filhas e dizendo “Sim, a mulher pode!”. Se é seu desejo que isso aconteça é porque isso não está acontecendo, ou seja, marca-se nesse dizer que a discriminação contra a mulher começa dentro de casa e se espalha pela sociedade através de discursos que resistem à competência que a mulher tem de assumir os mesmos cargos ocupados pelos homens.

Em seu artigo *Sujeito no e do discurso: pensando a resistência* (2013), Belmira Magalhães aborda, dentre outros, o enunciado *A mulher pode* – usado como manchete da revista *Veja* –, no qual o autor afirma que esse dizer

Enfatizando a chegada, pela primeira vez no país, de uma mulher à presidência da República, com o apagamento das condições de como o processo de construção dessa candidata foi realizado, convoca todas as mulheres a se sentirem poderosas com a conquista do poder. No entanto, paralelamente, mesmo sem sair do âmbito da política, a maioria dos partidos não consegue alcançar a cota de trinta por cento de mulheres candidatas, pois o impedimento não está na participação das mulheres na política, mas nas relações sociais ideológicas brasileiras, que ainda reservam o lugar da casa como prioritariamente feminino, mesmo que, na prática cotidiana, as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho. (2013, p. 2011).

Contudo, o *a mulher pode* usado como manchete da revista *Veja* não movimentava os mesmos sentidos do *a mulher pode* usado por Dilma. No DD, o sujeito enunciador tem marcado na memória o que Dilma precisou para chegar até a presidência, isto é, as lutas sociais em prol dos direitos para os que se encontram à margem da sociedade. Por outro lado, no discurso construído pela *Veja*, como cita Magalhães (2013), apaga-se o processo de construção da candidata, pressupondo que qualquer mulher possa conquistar o poder, assim como Dilma (2013, p. 213).

Se, segundo Orlandi (2013), “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação) e é desse jogo que se tiram os sentidos” (2013, p. 33), ao assumir a posição-sujeito de Presidenta da República, a candidata eleita reconstrói, mesmo sem o saber conscientemente, um enunciado que estabelece parentesco linguístico com o *We can do it!*, aqui tomado como efeito de começo, usado pelos governos americanos, para o recrutamento de mulheres para atuarem na guerra. Porém, o sujeito enunciador de Dilma não só reconstrói, por meio de paráfrase, esse enunciado, como também o ressignifica, por meio da polissemia, dado o ineditismo da presença de uma mulher na presidência do País. No DD, a mulher não só pode sair de casa para assumir cargos antes destinados apenas ao homem, igualando-se a ele, como também pode chegar a assumir o mais alto cargo de um país, o de Presidenta da República.

Além disso, observa-se que, enquanto o enunciado *We can do it!* é produzido pelo governo, na posição de homem que vive entre 1939-1945, o enunciado *Sim, a mulher pode!* é produzido por Dilma na posição de mulher que, no século XXI, ainda precisa lutar para garantir o lugar que, na letra da lei, já lhe é dado, mas, de fato, ainda não. Nesse sentido, o dizer de Dilma não configura apenas uma afirmação sobre a mulher ser capaz de assumir uma profissão, mas também a ideia de que, se Dilma, que é mulher, chegou à presidência, muitas outras mulheres também podem chegar ao mais alto da hierarquia política de um País.

Mesmo sendo construídos por diferentes sujeitos, em diferentes situações sócio-históricas-ideológicas, pode-se perceber um diálogo entre a publicidade do governo americano

e o dizer de Dilma: o *We can do it!* aparece como um dizer autoritário, que simula um poder conferido, temporariamente, às mulheres americanas: ocupar cargos antes ocupados apenas por homens; mas que, pós-guerra, leva a figura feminina a retornar aos papéis domésticos, trabalhando, simultaneamente a esse dizer, o discurso de resistência *Não, as mulheres não podem*.

O *Sim, a mulher pode!* aparece como um dizer também com teor autoritário, pois é uma mulher tentando enfatizar os direitos já conferidos legalmente à mulher. Porém, ao tentar assinalar o poder já conferido, este enunciado aparece também como uma espécie de simulacro, pois o sujeito enunciador, na posição de mulher, por mais que já tenha conquistado legalmente seus direitos, se encontra ainda inserido em uma sociedade cuja negativa *Não, a mulher não pode* ainda se faz presente. Ou seja, o sujeito enunciador usa a afirmativa *Sim, a mulher pode!*, mesmo sabendo que esse poder ainda não foi de todo conquistado.

Podemos observar, então, que há, entre esses enunciados, um efeito de interdiscurso – aquilo que, para Orlandi, “fala antes, em outro lugar, independentemente (2013, p. 31) – que vem pela memória discursiva e que se marca no intradiscurso como uma marca parafrástica. Uma memória discursiva que, para Pêcheux (2010), seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os

“implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (2010, p. 52).

Essa memória discursiva, portanto, mobiliza sentidos no enunciado de Dilma, sentidos esses que, segundo Orlandi (2003), se configuram a partir de “uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história” (2003, p.47). Desse modo, ao dizer *Sim, a mulher pode!*, a Presidenta presentifica, pela memória, os sentidos do enunciado *We can do it!* (publicidade americana) e os ressignifica, já que mudam as posições sujeito, as condições de produção.

Os sentidos são ressignificados e reatualizados no DD, pois, conforme Pêcheux(2010), há sempre um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa-forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (2010, p. 53).

Assim, o *Sim, a mulher pode!*, por mais que ressoe sentidos do *We can do it!*, acaba deslizando para sentidos outros. Enquanto o *We can do it!* é construído por um sujeito

enunciador homem, na posição de governo americano, estabelecendo como interlocutor a mulher, com o intuito de fazer com que esta assumisse, por tempo determinado, funções masculinas, o *Sim, a mulher pode!* é construído por um sujeito enunciador mulher, na posição de Presidenta da República do Brasil, estabelecendo como interlocutor a sociedade brasileira, com o intuito de mostrar que a mulher consegue conquistar o mais alto cargo de um país.

Isso se deve, talvez, ao fato de que, nessa rede interdiscursiva, o sujeito enunciador Dilma, ao construir seu dizer, o tenha feito a partir dos sentidos de valorização à mulher que foram sendo autorizados ao enunciado *We can do it!* com o passar do tempo, tanto que esse cartaz publicitário acabou se tornando o símbolo mais famoso do movimento feminista.

No DD, ressoam ecos desse movimento feminista, pois, além de escolher ser tratada por *presidenta*, de usar vocativos no feminino, de marcar a mulher no enunciado *Sim, a mulher pode!*, o sujeito enunciador de Dilma assinala o feminino ainda quando se coloca, em seus discursos, na posição de mãe, como mostram as SDRs que seguem:

SDr 11: Minhas amigas e meus amigos,

Graças ao esforço de todas as brasileiras e de todos os brasileiros, o Brasil termina o ano melhor do que começou. Temos motivos também para esperar um 2014 ainda melhor do que foi 2013. Como toda mãe de família, sei que o patrimônio mais valioso na vida dos nossos filhos é a educação²⁹.

SDr 12: O meu sonho é o mesmo sonho de qualquer cidadão ou cidadã: o sonho de que uma mãe e um pai possam oferecer aos seus filhos oportunidades melhores do que a que eles tiveram em suas vidas. Esse é o sonho que constrói um País, uma família, uma nação. Esse é o desafio que ergue um País³⁰.

Agora, o sujeito que fala no discurso não está ocupando a posição de presidenta apenas, de mulher apenas, mas de uma mulher presidenta que assume também a posição de mãe, isto é, que sabe a importância de uma educação, de um ensino de qualidade para as crianças e para os jovens do amanhã, já que é a boa educação a principal responsável por um futuro promissor.

Sendo a Presidenta mulher, que nasceu em meio a uma sociedade cujos direitos eram apenas destinados aos homens, esses dizeres denunciam, sim, que o sujeito enunciador de Dilma

²⁹Texto extraído do site: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/copy_of_pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv. Acesso em: 10 fev. 2014.

³⁰Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em: 10 fev. 2014.

fala atravessado por diversos discursos que fazem parte da FD feminista. Não há como ela se desprender desses dizeres que fizeram parte de sua história como mulher, como mãe, como esposa, como profissional, já que, conforme Pêcheux (2009), o sentido é constituído pela formação discursiva em que se inscreve o sujeito (2009, p. 147).

Ao se apropriar de um discurso que enaltece a mulher, de vocativos tanto no masculino quanto no feminino, o sujeito enunciador de Dilma marca em seus dizeres um discurso de poder – o poder em se ter uma mulher governando o País – e um discurso de resistência àqueles que se opõe a esse fato. Além disso, esse sujeito enunciador afeta a língua política deixando marcas que sinalizam uma mexida no modo de enunciar a língua política, tanto que, muitos outros discursos – jornais, revistas etc – surgem em sociedade tratando-a por presidenta, bem como muitos, ao se dirigirem a uma plateia, passaram a usar tanto o masculino quanto o feminino.

4.2.3 A militância: a memória convocando sentidos de resistência ao poder

Em março de 2014, o Brasil lembrou o episódio mais sombrio de sua história: há 50 anos o País sofrera o Golpe Militar que durou mais de duas décadas e teve consequências que perpassam a atualidade. A Ditadura, que perdurou até 1985, teve caráter repressivo e utilizava métodos como censura, tortura e assassinato para calar a voz opositora.

Segundo Araújo et al. (2013),

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados “subversivos” dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Constitucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. (2013, p. 17).

Araújo et al. (2013) ainda afirmam que, durante todo esse período, muitos brasileiros resistiram e lutaram contra a ditadura de variadas formas. Atuaram nesta luta: estudantes, artistas, intelectuais. Porém uma forte repressão se abatera sobre as lideranças sindicais e políticas ligadas principalmente aos partidos trabalhista e comunista que haviam liderado as lutas políticas no pré-64 (2013, p.19).

Muitas mulheres também fizeram parte dessas lutas de resistência contra o regime militar no Brasil. Porém, a participação do sexo feminino era determinada pelo sexo

masculino, já que, conforme afirma Mirian Goldenberg em seu artigo *Mulheres e Militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada*³¹,

[...] as funções femininas ficavam restritas a atividades consideradas "menores", quase uma extensão das atividades domésticas no interior do partido. As militantes deixavam de ser as "esposas-mães" tradicionais para cumprirem, dentro do partido, as funções domésticas (de limpeza, cozinha, proteção, secretária, etc). Eram necessárias como "esposas" de homens perseguidos politicamente para que eles aparecessem para a sociedade mais ampla como indivíduos comuns com suas famílias. (GOLDENBERG, 2014, p. 7).

Ou seja, as mulheres de militantes e filhas de militantes eram, de certo modo, obrigadas a serem militantes, não para assumirem as mesmas funções masculinas, mas para continuarem em suas funções domésticas, a fim de que os homens pudessem bem desenvolver suas funções, ou seja, para Goldenberg (2014), “as mulheres ocuparam uma posição percebida como “secundária” ou “inferior” no interior dos partidos e organizações de esquerda aos quais pertenceram, sendo “escondidas” com o rótulo de “mulher de”, “companheira de” ou “filha de””(2014, p. 4).

Essa posição é decorrente de uma geração criada a partir de determinações da FD machista, da FD patriarcal, nas quais as mulheres eram criadas para assumir as tarefas de casa, cuidar da família apenas. Assim, quando chamadas a auxiliar seus pais ou maridos durante a Ditadura, as mulheres continuavam a desempenhar suas funções normalmente. Isso porque, conforme Goldenberg (2014):

A desigualdade entre homens e mulheres no interior do partido não era percebida como um problema visto que, ao lutar por uma sociedade futura mais justa, todos saíam ganhando. A luta comunista justificava toda e qualquer desigualdade entre os gêneros. As reivindicações mais especificamente femininas eram vistas como "pequeno-burguesas", acusação frequentemente acionada contra as mulheres que buscavam um espaço maior dentro do partido. (2014, p. 9).

Porém, com o passar dos anos, uma parcela da população brasileira, paulatinamente, começa a pensar na igualdade entre os gêneros e a enxergar a mulher não mais como um sexo inferior. Para Goldenberg (2014),

Enquanto as "antigas" militantes se dedicavam a fornecer condições para que seus "companheiros" pudessem exercer suas atividades políticas, acho que as "novas" estão mais centradas em suas próprias militâncias, na conquista de seus próprios (e valorizados) espaços profissionais e políticos. (2014, p.11).

³¹Texto extraído do site:

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5395&Itemid=361.
Acesso em: 04 set. 2013.

E essas “novas” militantes começaram a abrir espaço para outras mulheres, começaram a mostrar que eram capazes de assumir outras funções durante a ditadura, que não apenas a doméstica. Mesmo assim, para ser considerada uma boa militante comunista, segundo Goldenberg (2014), havia alguns elementos que eram considerados imprescindíveis, tais como: coragem, dedicação e abnegação (2014, p. 6), elementos esses considerados masculinos. Algumas conseguiram se configurar com tais características de modo que seus nomes acabaram entrando para a história da Ditadura no País, como: Rita Sipahi, advogada e conselheira da Comissão da Anistia; Rose Nogueira, jornalista; Ana Miranda, bioquímica; Lucia Murat, cineasta; Estrella Bohadana, filósofa; Iná Meireles, médica; Jessie Jane, historiadora; Vera Vital Brasil, psicóloga, a professora Fátima Setúbal e Dilma Rousseff, atual Presidenta do País³².

Porém, quando Dilma começa sua história como militante, não começa como “mulher de” nem “como filha de”, por isso, para Maria Rita Kehl, em seu texto publicado na revista *Carta Capital* intitulado *Dilma: mulher ou militante*³³, “a escolha de Dilma parece ter sido mais pautada por razões políticas e interesses de classe do que pelo imaginário de gênero” (2011). Por isso, por mais que ocupe a posição de Presidenta da República do País não há como o sujeito enunciador de Dilma se desvincular de sua longa trajetória como militante radical de esquerda, o que, de acordo com Maria Rita Kehl³⁴,

[...] coloca o País diante de um fato espantoso, bem menos alardeado na imprensa: o de que há menos de quatro décadas a atual chefe das Forças Armadas estava pendurada no pau de arara em uma dependência clandestina desse mesmo Exército, seminua, a levar choques elétricos, pancadas e socos até o limite da exaustão, em consequência de sua participação na luta contra a ditadura.

Assim como muitos outros militantes, Dilma foi perseguida, presa e torturada durante o regime militar no Brasil, mas conseguiu sobreviver, de modo que, segundo Kehl³⁵,

[...] teria desenvolvido a capacidade de manter sangue frio diante do torturador, a calcular o que podia ser dito, porque já era sabido, e o que deveria ser calado com falsa tranquilidade, sem nunca afrontar o inimigo para não aumentar sua fúria. Por ironia, não do destino, mas da política, é possível que o exercício democrático do poder venha a exigir que a presidenta recorra, no presente, aos mesmos recursos de resistência que soube desenvolver em sua sinistra temporada nos porões da ditadura. Astúcia e sangue frio podem lhe valer mais do que a força, nas inúmeras vezes em que for encostada contra a parede pelos aliados do governo, caso decida permanecer menos leniente com a corrupção e com o cinismo palaciano do que seu antecessor cordial.

³²Texto extraído do site: <http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/sobre.html>. Acesso em: 10 fev. 2014.

³³Texto extraído do site: <http://www.cartacapital.com.br/politica/mulher-ou-militante>. Acesso em: 08 ago. 2014

³⁴Idem.

³⁵Idem.

Observa-se, desse modo, que a construção do sujeito Dilma se dá enquanto uma posição-sujeito de Presidente, marcada por saberes que vêm de FDs distintas: a feminista, a militante e a dos trabalhadores. Portanto, não há como olhar para os dizeres de Dilma sem que, num gesto de interpretação, busquemos na história, no lugar social os possíveis sentidos, uma vez que, para Orlandi (2013), “O sentido é assim a relação determinada do sujeito-afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos (2013, p. 47).

Uma leitura a partir de uma abordagem linguística, não consegue abarcar todos os possíveis sentidos mobilizados no DD, já que, para AD, é a história, a memória, o lugar social ocupado pelo sujeito enunciador Dilma Rousseff que convocam os sentidos possíveis. Nas SDRs abaixo, por exemplo, por mais que Dilma ocupe a posição-sujeito de Presidenta da República, há dizeres que marcam a história de luta de uma militante de esquerda.

SDr 13: Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito à privacidade – não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações³⁶.

SDr 14: As manifestações populares nas ruas do Rio de Janeiro são retrato da participação cidadã que marcou esta Conferência. Jovens, indígenas, mulheres, movimentos e organizações não-governamentais tiveram plena liberdade de expressar seus pontos de vistas e suas demandas em seus espaços. Assistimos a uma verdadeira festa cívica nas ruas do Rio de Janeiro³⁷.

Nessas duas SDRs, o sujeito enunciador de Dilma sinaliza que, durante o governo de Dilma, as manifestações populares ocorridas nas ruas do Rio de Janeiro retrataram um país em que as pessoas têm liberdade de expressar suas ideias, porém nem sempre foi assim. Durante a Ditadura Militar, o governo não permitia isso, calava a voz do povo que se opunha às decisões governamentais, inclusive a voz de Dilma. A censura e a repressão marcaram de tal modo a história da Presidenta que, em muitos de seus discursos, ela deixar ecoar vozes desse passado oprimido.

SDr 15: Não carrego, hoje, nenhum ressentimento nem nenhuma espécie de rancor. A minha geração veio para a política em busca da liberdade, num tempo de escuridão e medo. Pagamos o preço da nossa ousadia ajudando,

³⁶Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 10 fev. 2014.

³⁷Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>. Acesso em: 10 fev. 2014.

entre outros, o País chegar até aqui. Aos companheiros meus que tomaram nessa caminhada, minha comovida homenagem e minha eterna lembrança³⁸.

A geração da Presidenta, como mostra a SDr 15, lutava pela liberdade, pela democracia, porém muitos tiveram de pagar com suas próprias vidas. Para Dilma, foi sua geração a responsável pelo desenvolvimento democrático do País, já que, para ela, hoje, o povo não vive mais o medo, não vive mais a escuridão.

Nas SDRs 13, 14 e 15, as palavras *luta* e *liberdade* aparecem sinalizando um discurso de resistência ainda presente nos dizeres do sujeito enunciador de Dilma. Embora ocupe uma outra posição-sujeito, a de Presidenta da República, que é uma posição de poder social, Dilma ainda se mantém atravessada por um imaginário contrário àqueles que estão no poder. Parece que a Presidenta precisa retornar à posição de um povo que luta pelas causas sociais para que a sociedade veja na figura dela uma Presidenta que age em favor do povo.

Desse modo, pode-se observar que, mesmo ocupando uma posição de poder, a de Presidenta da República, o sujeito enunciador de Dilma não consegue se desvencilhar de seu passado de luta por liberdade, por democracia, presentificando em seus dizeres um discurso de resistência. Esse sujeito enunciador precisa, de certa forma, sinalizar um governo em favor do pobre, do trabalhador. Porém, se se faz necessária uma afirmação, é porque existe em sociedade discursos que ainda negam direitos ao pobre, ao trabalhador.

4.2.4 Os trabalhadores: uma memória convocando sentidos de lutas sociais

O Partido dos trabalhadores (PT) surge de uma necessidade da classe trabalhadora de participar da vida política do país, sobretudo, num momento em que se tinha o processo de luta pela democratização do regime. Segundo Denise de Jesus Albuquerque (2005), em seu artigo intitulado *As transformações do Partido dos Trabalhadores: uma análise histórico-política da fundação ao governo Lula*, “A origem do partido dos trabalhadores se dá em torno das mobilizações do novo sindicalismo, dos movimentos urbanos surgidos na década de 70, dos intelectuais, da classe política de oposição envolvidos com o debate da reforma partidária, além de alguns grupos de esquerda”(2005, p. 2).

Em 1980, o partido é fundado, tornando-se, como aponta Marcos Faber (2010), “Um dos mais importantes partidos de esquerda da América Latina” (2010, p. 32), e sendo, ainda segundo este autor, ideologicamente identificado com partidos socialistas e social

³⁸Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em: 10 fev. 2014.

democratas, contudo “critica a ambos por não apresentarem alternativas para a superação do neoliberalismo, sua principal meta”(2010, p. 32).

Para Albuquerque (2005), “o PT reconhecia as lutas travadas pelos movimentos sociais por terra, moradia, respeito à diversidade sexual, educação, etc.” (2005, p. 4), tanto que, nessa luta em favor da classe trabalhadora, o partido participa também da fundação de duas importantes organizações: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda segundo Albuquerque (2005),

[...] é importante destacar que para o PT a democracia sempre representou o debate máximo de sua concepção partidária. Fruto das lutas travadas contra o autoritarismo do regime militar, o PT entendia que a democracia constituía o objetivo final a ser alcançado pela classe trabalhadora e pelas massas populares. Mas, para alcançar tal objetivo era necessário utilizar de mecanismos amplamente democráticos. (2005, p. 5).

Em busca de um país mais democrático, surgem alguns nomes que foram as principais lideranças do PT: Luís Inácio Lula da Silva (Presidente do Brasil 2003-2010), Dilma Rousseff (atual Presidente do País), Tarso Genro, Aloizio Mercadante, Olívio Dutra, Raul Pont, Paulo Paim, Ideli Sartori (SC), Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, Vicentinho (CUT), José Dirceu, Antônio Palocci e Marco Maia. (FABER, 2010, p. 32)

Dilma filia-se ao PT em 2001 e, desde então, passa a coordenar a equipe de Infra-Estrutura do Governo de Transição entre o último mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva, tornando-se membro do grupo responsável pelo programa de Energia do governo petista. Dilma foi também ministra da pasta das Minas e Energia entre 2003 e junho de 2005, passando a ocupar o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil desde a demissão de José Dirceu de Oliveira e Silva, em 16 de junho de 2005, acusado de corrupção. No dia 20 de fevereiro de 2010, durante o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, Dilma foi aclamada pré-candidata do PT à presidência da República, vencendo as eleições presidenciais de 2010, no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos (derrotou o candidato José Serra, que obteve 43,95% dos votos válidos) e tornando-se a primeira mulher na presidência da República Federativa do Brasil.³⁹

Se em AD, como diz Indursky (2013), “o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições-sujeito, igualmente ideológicas” (2013, p. 35), ao se tornar Presidenta, o sujeito enunciador de Dilma, mesmo que fale da posição de Presidente da

³⁹Texto extraído do site: <http://educacao.uol.com.br/biografias/dilma-rousseff.jhtm>. Acesso em: 25 ago. 2014.

República, sofre determinações também da posição-sujeito da classe dos trabalhadores. Os dizeres que ecoam desta posição vêm por uma memória de lutas e se atualiza em seus dizeres, como mostram as SDRs que seguem:

SDr 16: Meu governo fará tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas. Senhor presidente, senhoras e senhores, não poderia ser mais oportuna a escolha da agenda de desenvolvimento pós-2015 como tema desta Sessão da Assembleia-Geral. O combate à pobreza, à fome e à desigualdade constitui o maior desafio de nosso tempo⁴⁰.

Ao anunciar, nesta SDR 14, que seu governo vai *defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas*, o sujeito enunciador de Dilma convoca, pelo imaginário, a fala de um partido que luta a favor dos menos favorecidos. Nessa SDR, o sujeito enunciador assinala seu governo como singular, *Meu governo*, procurando garantir que, diferente de outros, fará de tudo para combater a pobreza, a fome e a desigualdade.

Em uma visita ao local de construção das plataformas P-55 e P-58, no Rio Grande do Sul, durante pronunciamento, Dilma também alude à luta de seu governo em prol dos trabalhadores:

SDr 17: E eu quero dizer para vocês que, para mim, foi um imenso prazer ter vindo aqui em Rio Grande. Um imenso prazer, porque aqui nós vemos milhares de trabalhadores que, *agora*, têm uma profissão, têm uma oportunidade para si, para suas famílias e seus filhos.

[...] Tem uma pessoa a qual [a quem] – ela não está aqui hoje -, mas a qual [a quem], a esta pessoa, nós devemos este estaleiro, é ao ex-presidente Lula. / Eu tive a honra de com ele e a Maria das Graças Foster chegar a uma conclusão muito sábia: este país não podia continuar exportando emprego e oportunidades para o resto do mundo. O que nós pudéssemos fazer no Brasil, nós faríamos no Brasil.

[...] Aqui, no Rio Grande do Sul, nós vemos nascer e crescer uma indústria naval. Eu estive aqui quando não tinha nada disso. Nada disso tinha, era areia. *Agora*, ninguém acredita, mas nós temos, de fato, um dos grandes estaleiros deste Brasil graças a vocês...⁴¹.

A partir das marcas de tempo *agora*, usadas neste dizer, percebemos que o sujeito enunciador de Dilma quer alinhar o seu discurso ao de Lula. O *agora* não representa apenas o período em que Dilma está Presidenta, mas representa o período em que o governo do PT, está na presidência, isto é, desde 2002 com a vitória de Lula. Mais uma vez a Presidenta se apoia na figura do ex-presidente como forma de recobrar o imaginário social de governo do povo, reafirmando que foi o governo de ambos que viabilizou o que antes esses trabalhadores

⁴⁰Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 10 jun. 2013.

⁴¹Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-visita-aos-locais-de-construcao-das-plataformas-p-55-e-p-58-rio-grande-rs>. Acesso em: 10 fev. 2014.

não tinham: profissão, oportunidades. Isso pode ser observado, quando o sujeito enunciador de Dilma fala: *aqui nós vemos milhares de trabalhadores que, agora, têm uma profissão, têm uma oportunidade para si, para suas famílias e seus filhos.*

Na SDr 16, Dilma volta a trabalhar a repetição do significante *trabalhadores*:

SDr 18: Neste ano de 2013 *continuamos* nossa luta vigorosa em defesa do emprego e da valorização do salário do trabalhador. Uma luta plenamente vitoriosa, pois alcançamos o menor índice de desemprego da história. Estamos com uma das menores taxas de desemprego do mundo, *continuamos* nossa luta constante contra a carestia. Nela, tivemos alguns problemas localizados, mas chegamos a um ponto de equilíbrio que garante a tranquilidade do planejamento das famílias e das empresas.⁴²

E, ao empregar o verbo *continuar*, que produz sentido de processo, isto é, algo que começou no passado e ainda não teve fim, marca o trabalho de seu governo, como o sujeito enunciador de Dilma mesmo afirma: o trabalho de uma *luta vigorosa* a favor dos trabalhadores e também *vitoriosa*. Nessa SDr, esse sujeito enunciador procura confirmar que seu governo, dando continuidade ao governo Lula, vence o desemprego e conquista o menor índice de desemprego da história. O sujeito enunciador tenta segurar a memória numa certa regularidade, numa realização linear, quando procura aproximar seu governo ao de Lula. Temos, assim, um sujeito enunciador na ilusão de controle dos sentidos que vêm pela memória, o que, para a AD, sabemos que só funciona enquanto ilusão.

E, nessa tentativa de mostrar seu governo como um governo que dá sequência ao de Lula, o sujeito enunciador procura destacar seu interesse pelas causas do povo, assinalando aqui um discurso de poder, como se pode observar nas falas: *Meu governo fará tudo* (SDr 16), *O que nós pudéssemos fazer no Brasil, nós faríamos no Brasil* (SDr 17), *alcançamos o menor índice de desemprego da história* (SDr 18).

Além de um discurso de poder, os dizeres do sujeito enunciador de Dilma procura reforçar, mais uma vez, um imaginário social de luta em favor dos trabalhadores, o que configura um discurso de resistência. E, ao afirmar a necessidade dessa luta, o sujeito enunciador acaba por denunciar um país que ainda nega direitos aos trabalhadores.

4.2.5 O nós nas diferentes representações do sujeito enunciador de Dilma Rousseff

Indursky, em seu texto sobre “As diferentes representações do sujeito presidencial”, analisa o sujeito do discurso presidencial, durante o Regime Militar (de 1964 a

⁴²Texto extraído do site: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/copy_of_pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv. Acesso em: 10 fev. 2014.

1985). Nesse texto, a autora mostra que, “ao tomar a palavra, o sujeito pode fazê-lo em seu nome (*eu, nós, quarta pessoa discursiva*) ou em nome do *outro (não pessoa discursiva)* (2013, p. 156). Pensando nessa possibilidade de se representar como sujeito do discurso em seu nome e em nome do outro, interessou-nos analisar como o *nós* é construído nos três enunciados: *We can do it!* (publicidade), *Yes, we can!* (Obama) e *Sim, a mulher pode!* (Dilma); e analisar a maneira como o sujeito do discurso presidencial de Dilma se representa quando constrói seus pronunciamentos.

Indursky (2013) diz que o *Nós* do sujeito do discurso presidencial (D1), pode acontecer de cinco maneiras: 1) *Nós1*: que remete ao papel institucional exercido pelo Presidente da República, um tipo de plural de modéstia; 2) *Nós2*: que remete ao sistema, regime, Estado, revolução, um tipo de plural que aponta para o seu porta-voz legítimo; 3) *Nós3*: que remete ao governo, administração, gestão, instâncias, um tipo de plural que fala a voz do governo, a voz das decisões partilhadas; 4) *Nós4*: que remete à coletividade dos brasileiros, um tipo de plural localizado na esfera pública não institucionalizada; 5) *Nós5*: que remete ao presidente e um segmento da sociedade, um tipo de *nós* partitivo, porta-voz (2013, p. 81-91).

Tanto no enunciado produzido pelo governo americano quanto no produzido por Barack Obama, o pronome plural é marcado explicitamente, mas remete a pessoas discursivas distintas.

No enunciado da publicidade, *We can do it!*, o *nós* não remete ao sujeito enunciativo do discurso em análise, isto é, aos governos americano e soviético, mas às pessoas a quem estes se referem: às mulheres americanas. Até se poderia pensar nesse *nós* como um referente a esses governos, isto é, o governo seria o praticante da ação, aqueles que *podem fazer as mulheres* assumirem temporariamente os cargos em que falta mão-de-obra masculina. Porém a imagem de uma mulher (figura 1) colada ao discurso faz com que essa interpretação se torne forçada, já que a imagem aponta diretamente para um *nós-mulheres*, que, no entanto, não partiu delas e não ecoou nelas.

Esse pronome plural, usado por uma terceira pessoa – pessoa esta que se mostra exterior ao discurso – agrega sujeitos que até então eram excluídos do grupo que detinha o poder em sociedade, o grupo dos homens. Aquelas que até então eram educadas para desempenhar somente funções domésticas, com esse discurso, são chamadas a desempenhar funções masculinas. Esse *nós* não pode ser analisado a partir da teoria de Indursky, na qual o sujeito enunciativo, de certo modo, sempre se mostra incluído na pessoa do *nós* (2013, p. 81).

Já no enunciado de Obama, *Yes, we can!*, o *nós* corresponderia ao *Nós5*, ou seja, um *nós*, segundo Indursky (2013), “associado a diferentes segmentos da sociedade, tais como as *classes produtoras, a imprensa, os revolucionários, os militares, o partido*” (2013, p. 91). Dentro do discurso, o sujeito enunciativo de Obama agrega com ele todos os outros negros, todos os outros que até então não tinham seu lugar em sociedade, ou seja, é um plural usado por um presidente que se coloca na posição de porta-voz de uma parte da sociedade. Indursky ainda vai dizer que, para Benveniste, o “*nós* não é exatamente um plural, mas um eu ampliado, que possibilita ao enunciativo integrar outros enunciadores ao seu dizer” (2013, p. 82), como acontece com o *nós* usado por Barack Obama.

No DD, *Sim, a mulher pode!*, o *nós* não está marcado explicitamente, o sujeito enunciativo o substitui por *a mulher*, isto é, por uma terceira pessoa do singular (ela). Porém é uma terceira pessoa que remete, indiretamente, à primeira pessoa plural uma vez que Dilma também é mulher, ou seja, a mulher corresponderia ao *eu-Dilma-mulher + as-outras-mulheres*. Essa substituição do sujeito enunciativo talvez tenha ocorrido justamente porque, se Dilma usasse o *nós*, poderia convocar para o discurso não só sentidos de uma memória social feminina (*nós=mulheres*), mas também sentidos de uma memória social do Partido dos trabalhadores (*nós=PT*).

Durante campanha eleitoral de Dilma, o PT, representado na presidência por Luís Inácio Lula da Silva, passava por sucessivos escândalos políticos devido à descoberta do envolvimento de integrantes desse partido em casos de corrupção. Não havia, pois, como Dilma se desvincular desta imagem que ligava o PT ao escândalo do mensalão, assim o *Sim, a mulher pode!* do sujeito enunciativo de Dilma pode se valer da ocultação do *nós* para evitar a relação explícita com o partido.

A figura da mulher, por sua vez, é uma figura que convoca sentidos de uma memória de luta por respeito e por direito. Dilma, então, ao usar *a mulher* como sujeito gramatical de seu discurso, tenta fazer com que seus dizeres signifiquem positivamente para sua aceitação como Presidente da República do País.

Dessa forma, a primeira pessoa do plural é resignificada no DD ao ser substituída por *a mulher*, que não remete à terceira pessoa do discurso a quem Dilma se refere, mas à primeira pessoa do plural: *nós*. Seria este um *nós* que representa as mulheres brasileiras trabalhadoras, militantes, ou seja, um grupo no qual a Presidenta está incluída.

Podemos associar esse *nós* também ao *Nós5* citado por Indursky (2013), o qual, para a autora, em função de seu traço *partitivo* parece fazer do sujeito de “D1 o porta-voz do grupo não nomeado” (2013, p. 91), porém, ainda segundo a autora, “o sujeito de D1 associa-

se a um grupo lexicalmente não explicitado, seja em uma real operação de inclusão (...) ou para dele excluir-se” (2013, p. 91). Seria, assim, o *eu-presidenta Dilma* se associando à *não pessoa discursiva-povo brasileiro*, constituindo, desse modo, o *nós-mulheres-brasileiras* inscrito no discurso da Presidenta *Sim, a mulher pode!*.

Em outros dizeres construídos por Dilma o *nós* reaparece, mas agora explicitamente, fazendo referência a outras *pessoas não discursivas*. Para mostrar como isso acontece, extraímos algumas sequências discursivas do pronunciamento da Presidenta durante a celebração de Natal dos catadores e população de rua – Natal Solidário – de São Paulo, em 19 de dezembro de 2013⁴³.

SDr 19: Eu queria dizer para vocês que esse momento do ano, o final de ano, é sempre o momento em que *nós* fazemos reflexões, balanços e procuramos ficar mais próximos daqueles que *nós* temos grande afetividade. Por isso, a gente comemora o Natal, e olha para o novo ano com esperança.

Nessa SDr, o *nós* de Dilma é um *nós* compartilhado em que o sujeito enunciador fala em nome do povo e se coloca na posição de povo também. Seria também o *Nós5*, ou seja, uma primeira pessoa do plural que remete a uma parcela de brasileiros.

Nesse caso, Dilma se coloca na posição de povo, um povo que reflete sobre o que ocorreu durante o ano que passou, um povo que fica mais próximo da família durante o Natal, um povo que tem esperança. E, se há algo a ser esperado é porque há algo em falta, isto é, na SDr 19, a memória se atualiza quando, ao falar da posição de povo, de trabalhador, Dilma retoma os sentidos de luta.

Nesse mesmo pronunciamento, em outro momento, Dilma volta a usar o pronome *nós*, porém com um novo referente:

SDr 20: E quando eu digo todos, eu estou dizendo todos mesmo. Estou dizendo que para o governo, e é simbólico eu vir aqui passar a comemoração de Natal com os senhores e as senhoras, vocês são a parte do povo brasileiro que *nós* temos de olhar com toda atenção, que *nós* temos, não só de escutar, mas *nós* temos de escutar e tomar as medidas para que o país, o Brasil e o meu governo não olhem para vocês sem vê-los. Olhem vendo.⁴⁴

Nessa SDr, o *nós* de Dilma já passa a ser um *nós* compartilhado entre o sujeito enunciador e as demais pessoas que trabalham junto a ela no governo, ou seja, é o que

⁴³Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-de-natal-dos-catadores-e-populacao-de-rua-natal-solidario>. Acesso em: 10 fev. 2014.

⁴⁴Texto extraído do site: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-de-natal-dos-catadores-e-populacao-de-rua-natal-solidario>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Indursky (2013) chama de *Nós3*, em que uma primeira pessoa do plural remete ao governo, administração, gestão, instâncias, que fala a voz do governo, a voz das decisões partilhadas (2013, p. 86). É o governo que tem de olhar com muita atenção para os catadores e para a população de rua, é o governo que tem de escutar essas pessoas e tomar medidas que mudem a vida delas. Desta vez, Dilma se desloca da posição de povo para a posição de Presidenta, e, assumindo tal posição, afirma que um governo não pode deixar de olhar para a população mais necessitada sem perceber suas necessidades, suas angústias.

Outro aspecto de seu seus dizeres que chama atenção, tanto na SDr 19 quanto na SDr 20, é a mistura das pessoas discursivas, ou seja, ora o sujeito enunciador usa o *eu*, ora usa *nós5*, ora o *nós3*. Estaria o sujeito enunciador de Dilma, ao construir seus dizeres, migrando de uma posição a outra a fim de fazer com que seus dizeres atinjam as pessoas a quem se dirige ou estaria o sujeito enunciador apenas sofrendo as determinações das FDs em que está inscrito?

O sujeito enunciador de Dilma, mesmo assumindo a posição de Presidenta da República, continua sofrendo as determinações das FDs feminista, militante e da classe dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, mesmo falando da posição-sujeito de Presidenta do País, esse sujeito não consegue se desvincular de outras posições por ele já assumidas – a de mãe, a de mulher militante, a de mulher da classe trabalhadora –, isso porque, segundo Daltoé (2011), uma posição-sujeito interfere na outra, já que “as fronteiras que particularizam uma e outra posição não são estanques, mas fluidas e porosas” (2011, p. 126).

Para Indursky (2013), “uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhes são exteriores (2013, p. 45). Desse modo, se uma FD é dividida, heterogênea e se essas posições não são estanques, mas instáveis, podemos dizer que a mistura das pessoas verbais no DD é resultado das determinações das FDs em que está inscrito o sujeito enunciador de Dilma, que, ao usar o pronome plural *nós*, remete ora a um *nós-mulheres*, ora a um *nós-povo-militante*, ora a um *nós-povo-trabalhador*, ora a um *nós-governo*, mobilizando, com isso, sentidos de um imaginário de lutas.

Assim, embora esteja falando da posição-sujeito de Presidenta da República, Dilma convoca sentidos dessas outras posições, que fazem com que seu modo de enunciar a língua política mexa com o modo *ideal*. Dilma está, de certa forma, (dis)torcendo a língua política brasileira ao marcar o feminino, ou melhor, ao marcar um feminino militante, de luta em favor dos trabalhadores.

O *Sim, a mulher pode!* marcado nos DD sinaliza um modo de resistência aos dizeres de uma sociedade que ainda se mostra preconceituosa em relação ao fato de ter uma mulher assumindo a Presidência do País. É o discurso do *Sim, nós podemos!* tentando resistir ao discurso do *Não, nós não podemos!*. E, nessa tentativa de resistir, marca-se também como um discurso de poder, de quem agora está no comando do País.

5 UM PONTO QUE NÃO SERÁ FINAL

Michel Pêcheux (2006), em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, ao tratar as novas práticas de leitura, diz que o princípio da leitura consiste “em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito” (2006, p. 44).

Procuramos investigar o enunciado de Dilma Rousseff *Sim, a mulher pode!*, a partir desse princípio da leitura, ou seja, tentando identificar em dois outros enunciados, o *We can do it!*, usado pelo governo americano durante a Segunda Guerra Mundial, e o *Yes, we can!*, usado por Barack Obama, após vencer as eleições dos Estados Unidos em 2008, sentidos *já-ditos*, sentidos novos e sentidos silenciados.

Na tentativa de encontrar os sentidos movimentados no DD, procuramos fazer, então, uma leitura do enunciado *Sim, a mulher pode!* a partir de outros enunciados que se repetem na história, isto é, enunciados anteriores ao do sujeito enunciador Dilma Rousseff, num trabalho de leitura vertical, e de dizeres que se repetem em outros dizeres desse mesmo sujeito enunciador, num trabalho de leitura horizontal. Isso porque a prática de leitura, pelo viés da AD, como afirma Indursky (2013), “consiste em relacionar o que é dito na sequência discursiva em análise com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar não ditos no interior do que é dito” (2013, p. 54).

Para tentar encontrar os não ditos do DD, foi necessário também compreender quais as posições-sujeito atravessam os dizeres de Dilma, em que FD (ou FDs) Dilma se inscreve, pois, segundo Pêcheux (2009):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (2009, p. 150).

Pudemos observar, desse modo, que o sujeito enunciador de Dilma presentifica em seus dizeres não só sentidos relacionados ao *We can do it!*(publicidade americana) e ao *Yes, we can!*(Obama), mas também sentidos de uma rede de memória relacionados a lutas em favor da mulher, da classe trabalhadora, do povo.

Observamos, também, que esses três enunciados, o *We can do it!*, o *Yes, we can!* e o *Sim, a mulher pode!*, embora parafrásticos, apontam para sentidos outros, já que cada enunciador – o governo americano, Barack Obama e Dilma Rousseff, respectivamente –

ocupa uma determinada posição-sujeito e constrói seu dizer em dadas condições de produção, ou seja, cada sujeito fala de um lugar, num determinado momento sócio-histórico-ideológico.

Os dizeres de Dilma começam a reclamar sentidos antes mesmo de esse sujeito assumir a posição de Presidente da República, devido ao ineditismo de se ter uma mulher na presidência do País, que causou tensão no cenário político brasileiro, principalmente, quando o sujeito enunciador de Dilma escolheu ser tratado por *presidenta*. Isso porque, na memória do povo brasileiro, além de Presidente da República ser um cargo até então historicamente masculino, o substantivo *presidente* é entendido, por muitos, como uniforme, ou seja, tanto para homem quanto para mulher se usa *presidente*, e não *presidenta*. Este termo, porém, consta em algumas gramáticas como uniforme, comum-de-dois-gêneros, (o presidente/a presidente) e como biforme (presidente/presidenta) (CEGALA, 2005, p. 136).

Trazendo para a questão da língua, muitos puristas não aceitam o uso do feminino *presidenta* como forma de tratamento para a Presidente do País. Mesmo assim, o sujeito enunciador de Dilma, na posição de Presidenta, insiste em utilizá-lo, procurando marcar nesta forma de representação do cargo toda a mudança que implicou sua presença num cargo, antes, destinado a homens.

Isso nos levou a observar dois modos de resistência: o da sociedade em relação a uma mulher na Presidência do País, que deixa aparecer a discriminação ainda existente, e o de Dilma em relação à negativa *Não, nós não podemos* – reflexo da discriminação – evocado em seu próprio discurso quando o sujeito enunciador faz uso de vocativos tanto no gênero masculino quanto no feminino, quando assinala em seus dizeres relacionados à valorização da mulher em sociedade.

Além de muitos dos dizeres de Dilma remeterem à FD feminista, quando o sujeito enunciador ocupa uma posição de luta pela igualdade entre os sexos, de valorização da mulher em suas diversas funções sociais, de defesa dos direitos femininos, pudemos observar ainda, que a Presidenta constrói dizeres que convoca também sentidos relacionados à FD militante, ou seja, sentidos de luta pela democracia, pela liberdade de expressão, e sentidos relacionados à FD da classe trabalhadora, isto é, sentidos de luta em favor dos trabalhadores brasileiros.

Assim, pudemos concluir que, mesmo que a FD militante seja a FD dominante do DD, uma vez que, na maioria das falas que constituíram nosso *corpus*, predominam dizeres relacionados a lutas em defesa da liberdade e dos direitos humanos, há outras FDs que atravessam os DD, como a feminista e a da classe trabalhadora.

A partir das SDRs investigadas, verificamos que o sujeito enunciador de Dilma não só sinaliza, em seus dizeres, a resistência em relação à negativa da sociedade, como também,

ao resistir, sinaliza o desejo, a vontade de estar no poder. Para Foucault (apud DREYFUS; RABINOW, 1995), “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora” (1995, p. 248).

Pudemos observar, assim, que o sujeito enunciador de Dilma, enquanto estava na posição de mulher militante ou de mulher da classe trabalhadora, ao usar mecanismos de resistência, sinalizou um desejo de estar no poder e, estando no poder, na posição de Presidenta da República, tenta seguir sua *linha de desenvolvimento* e *se depara com resistências frontais*, ou seja, tenta lidar com a resistência de uma sociedade que, em grande parte, continua negando à mulher direitos já conquistados legalmente.

Ou seja, ao convocar sentidos da FD feminista, da FD militante e da FD da classe trabalhadora, o sujeito enunciador de Dilma constrói dizeres que recobram sentidos de luta por espaço em sociedade, luta por liberdade, luta por democracia, isto é, dizeres de resistência. Porém, embora atravessada por posições derivadas dessas FDs, o lugar de onde fala o sujeito enunciador de Dilma é o de Presidenta do País e este, por si só, já convoca sentidos de poder.

Enfim, verificou-se que o enunciado *Sim, a mulher pode!*, por ser construído por um sujeito que, ao assumir a posição de Presidente da República, se encontra atravessado por sentidos das FDs Feminista, Militante da Classe Trabalhadora, assinalando um novo modo de contorcimento na língua política brasileira, na medida em que convoca sentidos novos, sentidos silenciados, sentidos até então não reclamados no cenário político do País.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3 ed. São Paulo: Pontes editores, 2010.

A eleição de Dilma Rousseff. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-eleicao-de-dilma-rousseff,633577,0.htm>>

Acesso em: 10 set. 2013.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. **As transformações do Partido dos Trabalhadores: uma análise histórico-política da fundação ao governo Lula**. UFMA: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2005.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel; SANTOS, Desiree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1 ed. Rio de Janeiro : Ponteio, 2013.

Barack Obama. Disponível em:< http://pt.wikipedia.org/wiki/Barack_Obama>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França**. Cultrix: São Paulo. 1978.

BARUM, Amílcar Oliveira; MOTA, Fabrício da Silva ; KREUZ, Débora Itrieder; **Biografia**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>> Acesso em: 04 set. 2013.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.

BRANDÃO, Helena Hathsue Negamine. **Analisando o discurso**. In: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CAMPOS, Celso de. **Três séculos de trevas**. Veja na História. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/historia/morte-martin-luther-king/historia-negros-escravidao-segregacao-igualdade.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COUTO, Sérgio Pereira. **Ku Klux Klan: passado e presente do terror**. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/18/artigo130442-1.asp>> Acesso em: 19 mar. 2014.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **As metáforas de lula: a deriva dos sentidos na língua política.** Tese de doutorado em Estudos da Linguagem, área de concentração: Teorias do Texto e do Discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DIAS, Marina. **A construção de uma candidata.** Disponível em:<<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-construcao-de-uma-candidata>> Acesso em: 10 fev. 2014.

Dilma Rousseff. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff> Acesso em: 04 set. 2013.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FABER, Marcos. **Partidos políticos no Brasil.** 1ª ed. 2010. Disponível em<http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf> Acesso em: 25 ago. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Quem foi o Tio Sam?** Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/geografia/tio-sam.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FREITAS, Eduardo de. **Resumo da segunda guerra mundial.** Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/geografia/resumo-segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística.** Campinas: Pontes, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **Brasil: uma história não contada.** Disponível em:<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5395&Itemid=361> Acesso em 04 set. 2013.

INDURSKY, Freda. Lula Lá: **Estrutura e Acontecimento.** In Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, Número 35, 2003, p. 101-121.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

JÚNIOR, Antônio Gasparetto. **Stalin.** Disponível em:<<http://www.infoescola.com/biografias/stalin/>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

KEHL, Maria Rita. **Dilma: mulher ou militante.** Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/politica/mulher-ou-militante>>. Acesso em: 08 ago. 2014

MAGALHÃES, B. R. C. Sujeito no e do discurso: pensando a resistência. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. 1ed. Santa Maria - RS: Editora UFSM, 2013.

MATRAVOLGYI, Júlia. **Como Tio Sam se tornou um símbolo dos Estados Unidos?** Disponível em: < <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/como-tio-sam-se-tornou-um-simbolo-dos-estados-unidos/>> Acesso em: 10 nov. 2014.

MEDEIROS, Lúcia Helena; BARACUHY, Regina Baracuhy. **As mulheres entre o poder e a resistência: discurso, história e acontecimento**. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/view/616/627>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

MEDEIROS, Rostand. **Mulheres de asas**. Disponível em: <<http://tokdehistoria.wordpress.com/2013/04/07/mulheres-de-asas/>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

MELLO, Ana Claudia de Rezende Costa Dutra e. **As mulheres na segunda guerra mundial: uma breve análise sobre as combatentes soviéticas**. Revista brasileira de escola militar, Ano III, n. 09. 2012. Disponível em: < <http://www.historiamilitar.com.br/artigo5RBHM9.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

MIRANDA, Francisco. **Mulheres na segunda guerra- o fim do sexo frágil**. Disponível em: <<https://chicomiranda.wordpress.com/2011/11/12/mulheres-na-seguda-guerra-o-fim-do-sexo-fragil-parte-i/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

O discurso de Dilma Rousseff, presidente eleita. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-presidente-eleita>> Acesso em 14 fev. 2014.

Obama assume Casa Branca sob grande expectativa; veja repercussão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u492149.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

OBAMA, Barack. **A origem dos meus sonhos**. Tradução de Irati Antonio, Renata Laureano, Sonia Augusto. São Paulo: Gente, 2008.

Obama: a jornada histórica. Introdução de Bill Keller; texto biográfico de Jill Abramson; diretor de arte Toshiya Masuda. São Paulo: Manole, 2009.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Editora Pontes, 2013.

Palácio do planalto. Disponível em:<<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Partisan. Disponível em:< <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partisan>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2006.

_____. **Semântica e discurso.** Trad. Eni Puccinelli Orlandi et AL. 4 ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2009.

PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise.** Editora UFSM. 2013.

Portal da Literatura. Disponível em:<<http://www.portaldaliteratura.com/poemas.php?id=316>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Presidente ou presidenta? Disponível em:<<http://revistalingua.uol.com.br/textos/62/artigo248988-1.asp>>. Acesso em 10 fev. 2014.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra.** Vol. 1. São Paulo: Larousse, 2009a.

_____. **As mulheres na guerra.** Vol. 2. São Paulo: Larousse, 2009b.

Reunião 2ª deve formalizar uso do termo "presidenta" para Dilma. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/reuniao+2+deve+formalizar+uso+do+termo+presidenta+para+dilma/n1237817938668.html>> Acesso em: 10 fev. 2014.

Revista História. **Segunda Guerra Mundial: por dentro do mais tenebroso capítulo da história.** Ano 1. Ed. 11. São Paulo: Tríada.

Segunda Guerra Mundial. Disponível em:<<http://www.clickescolar.com.br/segunda-guerra-mundial.htm>> Acesso em 03 mar. 2013.

SILVA, Emilly Caroline de Souza; LEAL, Paulo Roberto Figueira. **Estratégias de comunicação da campanha eleitoral da candidata Dilma Rousseff.** Disponível em:<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0984-1.pdf>> Acesso em 21 jun. 2014.

Yes we can – o discurso. Disponível em:< <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/barack-obama/184-a-campanha/625-yes-we-can-o-discurso>>. Acesso em: 09 de jul. 2013.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. In: **Leituras do político.** Organizadores Ana Zandwais e Lucília Maria Sousa Romão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Dados do corpus

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante celebração de Natal dos catadores e população de rua - Natal Solidário. Disponível

em:<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-de-natal-dos-catadores-e-populacao-de-rua-natal-solidario>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante visita aos locais de construção das plataformas P-55 e P-58 - Rio Grande/RS. Disponível

em:<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-visita-aos-locais-de-construcao-das-plataformas-p-55-e-p-58-rio-grande-rs>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do debate geral da 68ª Assembleia-geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. Disponível

em:<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão de encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Disponível

em:<<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-sessao-de-encerramento-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de alto nível sobre Participação Política de Mulheres. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua>> Acesso em 14 de fev. de 2014.

Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso. Disponível

em:<<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Presidente Dilma Rousseff grava Mais Você e prepara omelete com Ana Maria Braga.

Disponível em:<<http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/v2011/MaisVoce/0,,MUL1650446-10345,00-PRESIDENTE+DILMA+ROUSSEFF+GRAVA+MAIS+VOCE+E+PREPARA+OMELETE+COM+ANA+MARIA+B.html>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Pronunciamento à nação da presidenta da república, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e tv. Disponível em:

<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/copy_of_pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 10 fev. 2014.

